

2012
julho

Síntese da Execução Orçamental

Ministério das Finanças

Direção-Geral do Orçamento

Síntese de Execução Orçamental
Publicação mensal
Elaborado com Informação disponível até 23 de julho

Direção-Geral do Orçamento
Telefone: 21 884 63 00
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>
Endereço *email*: dgo@dgo.pt

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	3
SÍNTESE GLOBAL	3
SUBSETOR ESTADO	6
SÍNTESE	6
RECEITA	7
DESPESA	10
SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	14
SÍNTESE	14
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)	19
SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE	20
SÍNTESE	20
RECEITA	21
DESPESA	21
SEGURANÇA SOCIAL	22
SÍNTESE	22
RECEITA	24
DESPESA	24
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	26
SÍNTESE	26
RECEITA	27
DESPESA	27
ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....	29
SÍNTESE	29
RECEITA	30
DESPESA	30

SÍNTESE GLOBAL

- As administrações públicas portuguesas cumpriram o objetivo do saldo do II trimestre: O indicador relevante para o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) situou-se em -4 137,8 milhões de euros, 262,2 milhões de euros inferior ao limite estabelecido (-4 400 milhões de euros).
- Com a execução orçamental do primeiro semestre é visível uma parte significativa das medidas de consolidação orçamental aprovadas no Orçamento do Estado. Do lado da despesa, foi suspenso o subsídio de férias dos funcionários públicos e do lado da receita as alterações referentes ao IVA. A suspensão do subsídio de férias dos pensionistas terá impacto durante o terceiro trimestre (julho) e a suspensão do subsídio de natal para os funcionários públicos e para os pensionistas terá lugar durante o quarto trimestre (novembro e dezembro).
- A despesa total da Administração Central e da Segurança Social registou, no primeiro semestre um grau de execução de 44,8%, e uma variação homóloga¹ de -2,3%.
 - O grau de execução observado é explicado sobretudo pelo comportamento das despesas com o pessoal, da aquisição de bens e serviços na área da saúde, pensões da segurança social e investimento das entidades públicas reclassificadas, em particular das POLIS e Metro de Lisboa.
 - Até junho, a despesa primária diminuiu 4,6% relativamente ao período homólogo, quando nos meses anteriores apresentava um crescimento, embora evidenciando já uma desaceleração em maio.
 - As despesas com o pessoal diminuíram 16,8%, refletindo a suspensão do subsídio de férias e a evolução do número de funcionários e outras alterações (-7,3% até maio). A variação das transferências de capital para fora do perímetro das administrações públicas (-74%) é determinada pelos efeitos base da execução de 2011 associados à regularização de responsabilidades financeiras do Estado perante as concessionárias de infraestruturas rodoviárias e à operação de cessão de créditos realizada em 2011 pela Caixa Geral de Aposentações, I.P..
 - A despesa com juros e outros encargos desacelerou significativamente (mais 20,2% até junho que compara com 80,5% até maio) - convergindo para o objetivo implícito ao Orçamento Retificativo - sendo o comportamento explicado pela especificidade do padrão intra-anual de execução desta rubrica de despesa.
- A receita efetiva total registou um grau de execução de 46,9%. Considerando universos comparáveis, aumentou 6,3%, em resultado de:
 - Contabilização de 2 687,1 milhões de euros relativos à transmissão da parte remanescente da titularidade dos ativos dos fundos de pensões das instituições de crédito² (IC), que determina o crescimento das **transferências de capital** (+252,8%);

¹ As comparações homólogas são realizadas considerando universos comparáveis. Assim, as comparações homólogas referentes à Administração Central e aos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) não são considerados as Entidades Públicas reclassificadas (EPR).

² Nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, "A transmissão da titularidade dos ativos é realizada pelas instituições de crédito nos seguintes termos: a) Até 31 de dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor atual provisório das responsabilidades (...); b) Até 30 de junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor atual definitivo das responsabilidades (...)".

Administrações Públicas

- Cobrança de receita extraordinária, de 272 milhões de euros, relativa ao leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração, com impacto na variação homóloga acumulada das outras receitas correntes (+11,1%).
- Em sentido contrário: os impostos indiretos registaram um decréscimo de 5%, menos acentuado que o observado até maio (-5,7%), em resultado da recuperação da receita do IVA; e as contribuições sociais diminuíram 3,5%, refletindo a evolução desfavorável do emprego.

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

€ Milhões

	Universo comparável		Universo comparável (sem EPR)				Universo real (com EPR)	
	jan - junho 2011		junho 2012		jan - junho 2012		jan - junho 2012	
	Execução acumulada	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de execução mensal (%)	Execução acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Execução acumulada	Grau de execução acumulado (%)
Receita corrente	28.312,7	4.062,7	-8,2	6,6	27.926,3	-1,4	28.867,3	45,0
Impostos diretos	5.818,2	640,1	1,4	4,4	5.844,4	0,4	5.844,4	40,4
Impostos indiretos	10.293,2	1.398,1	-0,5	6,4	9.777,8	-5,0	10.113,1	44,5
Contribuições de Segurança Social	8.587,8	1.345,7	-9,9	7,6	8.288,6	-3,5	8.288,6	47,1
Outras receitas correntes	3.613,4	678,8	-24,4	8,7	4.015,4	11,1	4.621,2	49,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	17,2	6,4	67,7	7,5	31,6	83,6	29,9	35,9
Receita de capital	1.138,1	2.737,2	717,0	55,8	3.371,7	196,2	3.404,7	65,3
Venda de Bens de Investimento	25,4	0,0	-100,0	0,0	1,4	-94,4	4,4	2,6
Transferências de capital	906,5	2.735,1	740,9	63,6	3.198,3	252,8	3.222,6	71,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	4,6	0,8	11,5	2,3	5,6	20,8	5,6	27,1
Outras receitas de capital	206,2	2,2	-65,0	0,5	172,0	-16,6	177,6	34,7
Receita efetiva	29.450,8	6.800,0	42,8	10,2	31.298,0	6,3	32.271,9	46,5
Despesa corrente	31.204,1	6.678,0	-11,0	9,8	31.044,8	-0,5	32.092,2	45,4
Consumo público	11.588,8	1.905,8	-26,2	7,9	10.229,3	-11,7	11.000,9	42,4
Despesas com o pessoal	6.632,0	949,3	-44,4	8,1	5.516,1	-16,8	5.847,8	47,2
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	4.956,8	956,5	9,1	7,6	4.713,2	-4,9	5.153,1	37,9
Subsídios	732,0	91,2	-27,0	5,9	545,0	-25,5	558,1	35,6
Juros e outros encargos	3.007,6	2.031,5	-4,6	27,6	3.615,4	20,2	3.976,2	46,9
Transferências correntes	15.875,7	2.649,5	-0,6	7,5	16.655,0	4,9	16.556,9	47,8
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	1.009,1	169,6	12,7	6,9	1.057,6	4,8	949,8	48,4
Despesa de capital	2.106,6	121,6	-86,8	3,3	1.490,5	-29,2	1.889,4	36,9
Investimento	267,8	28,7	-48,5	2,9	193,9	-27,6	942,9	34,1
Transferências de capital	1.807,7	96,9	-88,7	3,5	1.290,0	-28,6	937,2	40,3
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	705,2	74,9	11,6	4,2	1.003,6	42,3	650,4	47,8
Outras despesas de capital	31,1	-4,0	-129,2	-13,6	6,6	-78,9	9,3	32,1
Despesa efetiva	33.310,7	6.799,6	-19,3	9,4	32.535,3	-2,3	33.981,7	44,8
Saldo global	-3.859,9	0,4			-1.237,2		-1.709,7	
<i>Por memória:</i>								
Saldo primário	-852,3	2.031,9			2.378,1		2.266,5	
Ajustamentos PAEF								
Garantias, empréstimos e ativos		-18,3			-34,7		-34,7	
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas		234,7			234,7		234,7	
Fundos de pensões		-2.687,1			-2.783,9		-2.783,9	
Saldo global (critério de desempenho PAEF)		-2.470,4			-3.821,2		-4.293,7	

Fonte: Ministério das Finanças

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsector dos serviços e fundos autónomos.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo.

- O saldo da **Administração Central e da Segurança Social** no I semestre de 2012 situou-se em -1 709,7 milhões de euros. Considerando o universo comparável, o saldo situar-se-ia em -1 237,2 milhões de euros, que compara favoravelmente com -3 859,9 milhões de euros no período homólogo. O saldo primário situou-se em -2 378,1 milhões de euros (-852,3 milhões de euros em 2011) evidenciando uma melhoria em termos homólogos mais expressiva.
- Os ajustamentos entre o saldo de contabilidade pública e o saldo relevante para efeitos do PAEF resultam do desconto da receita dos fundos de pensões (2 784 milhões de euros), da não consideração dos pagamentos de dívidas em atraso do SNS (235 milhões de euros) e da consideração de um conjunto de garantias, empréstimos e ativos financeiros (34,7 milhões de euros).
- O valor provisório do défice do **subsetor Estado** do I semestre de 2012 situou-se em 3 221,8 milhões de euros, que compara favoravelmente com o resultado do mesmo período do ano precedente. A receita efetiva cresceu 13,2%, refletindo a já referida contabilização da parte remanescente dos ativos dos fundos de pensões das IC. A despesa efetiva e a despesa primária registam um decréscimo em termos homólogos (-2,2% e -5,4%, respetivamente), incorporando o efeito da suspensão do subsídio de férias.
- O **subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos** registou um excedente de 1 710,7 milhões de euros, o que traduz uma melhoria do saldo deste subsector, em termos homólogos sobretudo pela transferência para o SNS da primeira *tranche* de 750 milhões de euros, do total do reforço previsto no Orçamento Retificativo (1 500 milhões de euros). Verifica-se ainda uma redução significativa na despesa (-5,1%, em termos homólogos) resultante da redução das despesas com o pessoal e de transferências de capital, em face de operações de cessão de créditos realizada em 2011 pela CGA. O saldo global das EPR ascendeu a -472,5 milhões de euros, sendo principalmente justificado pela cobertura de despesa de investimento e de encargos financeiros com recurso ao endividamento.
- O saldo global da **execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde** situou-se em 513,9 milhões de euros, influenciado pela transferência da 1.^a *tranche* respeitante aos reforços previstos no OER de 750 milhões de euros.
- O saldo global do **subsetor da Segurança Social** registou um excedente de 273,8 milhões de euros, inferior em 807,2 milhões de euros face ao período homólogo. A evolução mantém-se consistente com o aumento das prestações sociais e, em menor grau, do comportamento negativo da receita de contribuições.
- O subsetor da **Administração Regional e Local** apresentou, no final do primeiro semestre, um excedente de 155,9 milhões de euros, para o qual contribuiu a administração local com um saldo de 243,9 milhões de euros, tendo a administração regional registado um défice de 88,1 milhões de euros.

SÍNTESE

- O resultado da execução orçamental do subsetor Estado no I semestre de 2012 traduziu-se num saldo global de -3 221,8 milhões de euros.

Execução orçamental do Estado (janeiro a junho)

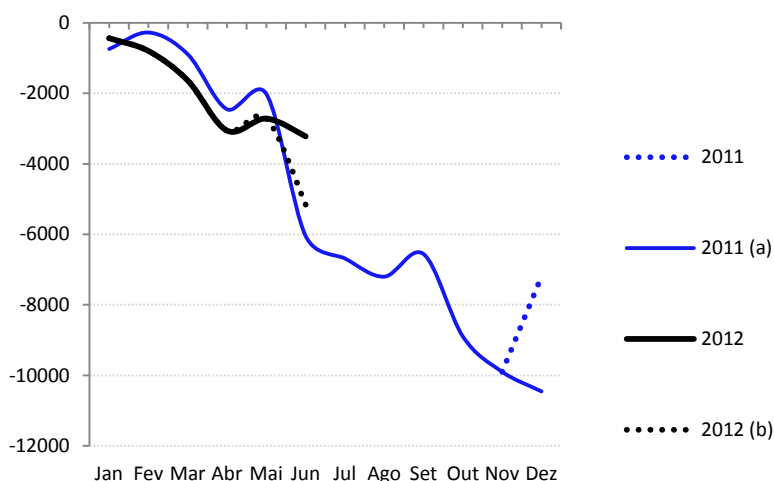
	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita						
Receita fiscal	15.530,9	15.045,6	45,2	42,8	-3,1	-2,8
Receita não fiscal	2.016,9	4.819,8	36,6	69,7	139,0	16,0
Receita efetiva	17.547,8	19.865,4	44,0	47,2	13,2	
Despesa corrente						
Despesa corrente primária	18.902,5	18.238,6	46,9	47,6	-3,5	-2,8
Juros e outros encargos	3.001,6	3.598,9	47,1	49,1	19,9	2,5
Despesa de capital	1.693,1	1.249,8	48,6	46,7	-26,2	-1,9
Investimento	158,9	79,8	23,3	16,1	-49,7	-0,3
Transferências de capital	1.527,1	1.164,2	54,9	53,6	-23,8	-1,5
Outras despesas de capital	7,1	5,7	40,3	57,9	-19,5	0,0
Despesa efetiva	23.597,2	23.087,2	47,0	47,8	-2,2	
Despesa primária	20.595,5	19.488,4	47,0	47,6	-5,4	
Saldo global						
Saldo global	-6.049,4	-3.221,8				
Saldo corrente	-4.597,2	-4.913,0				
Saldo de capital	-1.452,2	1.691,1				
Saldo primário	-3.047,7	377,0				

Fonte: Ministério das Finanças

- Em termos homólogos, é de destacar:
 - O aumento da receita efetiva (+13,2%) é justificado sobretudo pela receita não fiscal – designadamente pela receita de 2 687,1 milhões de euros associada à transmissão da parte remanescente da titularidade dos ativos dos fundos de pensões das IC - que contribuiu em 16 p.p. para a taxa de variação homóloga acumulada observada. A receita fiscal contraria parcialmente este comportamento (-3,1%), sendo ainda assim de realçar que a redução observada é menos acentuada em 0,4 p.p. que até maio;
 - O decréscimo da despesa efetiva em 2,2%, e da despesa primária em 5,4%, refletindo já o efeito da medida de suspensão do subsídio de férias do pessoal dos serviços da administração direta do Estado.

- O gráfico seguinte evidencia a evolução mensal do saldo global em 2011 e 2012, individualizando o efeito da transferência proveniente da transmissão para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões das IC e da transferência para o SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

Gráfico 1 - Saldo Global (milhões de euros)



Nota: a) Excluindo, em 2011, a receita do Fundo Pensões das IC (3.263,1 M€).

b) Excluindo, em 2012, a receita do Fundo Pensões das IC (2.687,1 M€) e transferência para o SNS (regularização dívidas 750 M€).

Fonte: Ministério das Finanças

RECEITA

- **A receita fiscal** líquida decresceu 3,1% no I semestre de 2012. Esta evolução traduz uma melhoria de 0.4 p.p. relativamente à variação homóloga observada no mês anterior (por memória, -3,5%).
- Subjacente a esta evolução encontra-se o crescimento homólogo da receita acumulada líquida dos impostos diretos (cuja taxa de variação, em termos homólogos, se situa em 0,4%), bem como a recuperação de 0,7 p.p. da receita acumulada líquida dos impostos indiretos (cuja taxa de variação, em termos homólogos, se situa em -5,2%).
- Na evolução da receita fiscal há que assinalar o crescimento de 5,5% da receita mensal líquida de IVA face ao mês homólogo, o que determinou uma melhoria de 1 p.p. na variação da receita líquida acumulada deste imposto. A receita mensal líquida do IRS também cresceu 3,3% face ao mês homólogo do ano anterior.

Execução orçamental da receita fiscal do Estado (janeiro a junho)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Impostos diretos	5.798,6	5.822,1	39,7	40,3	0,4	0,2
- IRS	3.273,1	3.648,7	31,4	38,2	11,5	2,4
- IRC	2.478,6	2.075,6	59,3	42,7	-16,3	-2,6
- Outros	46,9	97,8	418,8	195,6	108,5	0,3
Impostos indiretos	9.732,3	9.223,5	49,2	44,6	-5,2	-3,3
- ISP	1.153,6	1.064,6	48,2	47,1	-7,7	-0,6
- IVA	6.680,6	6.561,2	50,3	45,2	-1,8	-0,8
- Imposto sobre veículos	370,0	199,8	46,8	34,1	-46,0	-1,1
- Imposto consumo tabaco	581,7	499,7	43,1	33,7	-14,1	-0,5
- IABA	78,2	75,5	40,3	35,8	-3,5	0,0
- Imposto de Selo	757,5	702,9	49,8	50,3	-7,2	-0,4
- Imposto Único de Circulação	85,6	93,4	53,5	49,9	9,1	0,1
- Outros	25,1	26,4	32,9	44,8	5,2	0,0
Receita fiscal	15.530,9	15.045,6	45,2	42,8	-3,1	

Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais fatores que determinaram a variação homóloga dos impostos diretos são:
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) - regista-se um aumento de 11,5% da receita acumulada líquida, que resulta do processo de liquidação de IRS referente a 2011 e efetuado em 2012;
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) - a receita acumulada líquida apresenta uma variação de -16,3%, em termos homólogos.

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos indiretos são:
 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se um decréscimo de 1,8% na receita líquida acumulada face ao mês homólogo de 2011, o que representa uma recuperação de 1 p.p. na taxa de variação em termos homólogos registada em maio de 2012 (por memória, -2,8%);
 - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) – verifica-se uma variação negativa de 7,7%, em termos homólogos, o que corresponde a uma recuperação de 0,7 p.p. face à variação observada no mês anterior;
 - Imposto do Selo (IS) – a receita regista uma variação de -7,2%, em termos homólogos, a qual resulta do decréscimo de operações financeiras;
 - Imposto sobre o Tabaco (IT) – a receita líquida acumulada regista uma diminuição de 14,1% face ao período homólogo de 2011, devido à diminuição na introdução no consumo neste período e à sazonalidade irregular da mesma ao longo do ano;
 - Imposto sobre Veículos (ISV) – a receita acumulada regista uma variação negativa de 46,0%, em termos homólogos;

- Imposto Único de Circulação (IUC) – a receita acumulada regista uma variação positiva de 9,1%, em termos homólogos;
 - Imposto sobre o Alcool e Bebidas Alcoólicas (IABA) - a receita líquida acumulada regista um decréscimo de 3,4% face ao período homólogo de 2011, o que reflete uma recuperação de 0,4 p.p. relativamente à variação homóloga observada no mês anterior.
- Até junho de 2012, os reembolsos registaram uma diminuição de 5,4% face ao período homólogo de 2011.

Reembolsos (janeiro a junho)

	Milhões de euros		VH (%)
	2011	2012	
Impostos Directos	1.730,5	1.486,7	-14,1
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	1.631,7	1.320,8	-19,1
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	91,2	165,5	81,5
Outros	7,6	0,4	-95,3
Impostos Indirectos	2.437,2	2.455,8	0,8
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	55,0	50,3	-8,6
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	2.367,4	2.385,6	0,8
Imposto sobre Veículos ISV)	0,9	7,4	-
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	6,6	9,9	48,5
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	0,1	0,3	-
Imposto do selo (IS)	3,4	2,3	-31,1
Imposto Único de Circulação (IUC)	0,0	0,0	-
Outros	3,7	0,0	-99,8
Total de reembolsos	4.167,7	3.942,5	-5,4

Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos reembolsos são:
- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se um decréscimo de 19,1% face ao mesmo período no ano transato, em resultado do processo de liquidação de IRS referente a 2011 e efetuado em 2012;
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se um aumento de 81,5% dos reembolsos face ao mesmo período no ano transato; e
 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se um aumento dos reembolsos de IVA aos agentes económicos de 0,8% face ao período homólogo de 2011.
- A **receita não fiscal** aumentou em 139,0% face a igual período do ano transato, tendo esta evolução sido principalmente justificada pela cobrança registada em “Transferências de capital” (mais 2.679,9 milhões de euros). Apesar de muito menos preponderante para o comportamento da variação homóloga, também se deve realçar a variação positiva que se regista em “Outras receitas correntes”

(mais 88,7 milhões de euros), bem como, em sentido oposto, o desenvolvimento negativo que se verifica em “Outras receitas de capital” (menos 42,1 milhões de euros) e em “Transferências correntes” (menos 41,0 milhões de euros).

Execução orçamental da receita não fiscal do Estado (janeiro a junho)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Corrente	1.776,0	1.878,9	41,8	52,6	5,8	5,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	218,2	239,7	37,3	45,3	9,9	1,1
Taxas, Multas e Outras Penalidades	328,6	349,9	46,3	51,9	6,5	1,1
Rendimentos da Propriedade	180,7	172,6	44,7	37,7	-4,5	-0,4
Transferências Correntes	468,8	427,8	29,0	44,7	-8,7	-2,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	215,4	246,1	54,0	60,4	14,3	1,5
Outras Receitas Correntes	229,2	317,9	80,4	104,5	38,7	4,4
Recursos Próprios Comunitários	82,0	82,6	46,4	48,5	0,7	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	53,1	42,3	72,7	60,3	-20,3	-0,5
Capital	240,9	2.940,9	19,1	88,0	1.120,8	133,9
Venda de Bens de Investimento	10,7	-1,3	2,7	-	-112,1	-0,6
Transferências de Capital	33,9	2.774,8	25,7	99,0	8.085,3	135,9
Outras Receitas de Capital	48,6	6,5	9,1	2,4	-86,6	-2,1
Saldo da Gerência Anterior	147,7	160,9	75,9	97,2	8,9	0,7
Receita não fiscal	2.016,9	4.819,8	36,6	69,7	139,0	

Fonte: Ministério das Finanças

- O desempenho das “Transferências de capital” decorre quase exclusivamente da transferência dos fundos de pensões dos bancários para o Estado, no valor de 2 687,1 milhões de euros, representando cerca de 96,8% da cobrança que se regista neste capítulo da receita.
- O acréscimo das “Outras receitas correntes” justifica-se com o comportamento dos “Prémios e taxas por garantias de riscos” (mais 91,7 milhões de euros) em resultado das comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado, com preponderância dos prestados ao setor bancário. No mês de junho, a cobrança registada neste capítulo da receita também reflete a arrecadação da contribuição sobre o sector bancário (138,4 milhões de euros), contribuindo para a superação em 4,5 p.p. do objetivo definido no OE.
- As reduções registadas em “Outras receitas de capital” e em “Transferências correntes” decorrem essencialmente de situações que se verificaram em 2011, dado que a execução orçamental de 2012, nomeadamente a do mês em análise, não apresenta factos relevantes e tem-se desenvolvido dentro do padrão.

DESPESA

- A despesa efetiva do I semestre apresentou um grau de execução aferido em relação ao objetivo implícito ao Orçamento Retificativo inferior ao padrão em 2,2 p.p., decrescendo 2,2% em termos homólogos acumulados. A despesa primária registou uma redução mais acentuada (-5,4%).

- A variação homóloga até junho compara favoravelmente com as taxas de variação observadas até maio, de +2% e de -2,2%, da despesa efetiva e primária respetivamente, o que, no que respeita àquela, é explicado, sobretudo, pelos seguintes fatores:
 - O efeito base de 2011 associado à transferência de capital em junho desse ano do montante de 590,3 milhões de euros para concessionárias de infraestruturas rodoviárias (de um total de 848,8 milhões de euros para o conjunto de 2011);
 - Desaceleração da despesa com juros e outros encargos, em linha com o comportamento esperado; e
 - A redução da despesa associada à suspensão do pagamento do subsídio de férias aos funcionários e agentes da administração direta do Estado,

não obstante a transferência para o Serviço Nacional de Saúde de 750 milhões de euros para regularização de dívidas de anos anteriores.

Execução Orçamental da Despesa do Estado (janeiro a junho)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Despesa corrente	21.904,1	21.837,5	46,9	47,9	-0,3	-0,3
Despesas com o pessoal	5.089,6	4.228,3	48,8	48,0	-16,9	-3,7
Aquisição de bens e serviços	718,6	603,8	34,5	31,9	-16,0	-0,5
Juros e outros encargos	3.001,6	3.598,9	47,1	49,1	19,9	2,5
Transferências correntes	12.718,7	13.118,1	48,1	49,5	3,1	1,7
Subsídios	115,8	32,7	18,7	10,7	-71,8	-0,4
Outras despesas correntes	259,7	255,7	36,5	31,7	-1,5	0,0
Despesa corrente primária	18.902,5	18.238,6	46,9	47,6	-3,5	-2,8
Despesa de capital	1.693,1	1.249,8	48,6	46,7	-26,2	-1,9
Investimento	158,9	79,8	23,3	16,1	-49,7	-0,3
Transferências de capital	1.527,1	1.164,2	54,9	53,6	-23,8	-1,5
Outras despesas de capital	7,1	5,7	40,3	57,9	-19,5	0,0
Despesa primária	20.595,5	19.488,4	47,0	47,6	-5,4	
Despesa efetiva	23.597,2	23.087,2	47,0	47,8	-2,2	

Fonte: Ministério das Finanças

- Em termos mensais registou-se um decréscimo homólogo de 13,3% na despesa efetiva e de 17,6% na despesa primária refletindo a redução da despesa com subsídio de férias e das transferências de capital, traduzindo o efeito do pagamento a concessionárias em 2011. Como referido, a transferência da primeira *tranche* para o SNS, visando a regularização de dívidas, contraria parcialmente este efeito.
- O grau de execução da despesa evidencia um desvio favorável face ao padrão de segurança, que é determinado pelas seguintes rubricas:
 - Despesa com a aquisição de bens e serviços correntes e de capital, cuja concentração pagamentos ocorre habitualmente no último quadrimestre do ano, dado que, em grande medida,

se relaciona com a cobrança de receita própria, bem como do ritmo de implementação de projetos de investimento sujeitos a procedimentos concursais;

- Despesas com pessoal, com uma redução mais acentuada que o previsto; e
- Outras despesas correntes, influenciadas pela despesa de funcionamento dos estabelecimentos de ensino não superior, cujo ritmo de execução é determinado pela especificidade de cada ano escolar, com particular incidência no início de cada ano letivo.

■ Em termos de variação homóloga acumulada, destacam-se os seguintes fatores:

- A redução da despesa com pessoal, para a qual contribuiu, em maior medida, o efeito da medida de suspensão de pagamento de subsídio de férias, com impacto não apenas na despesa com remunerações certas e permanentes (-17,5%), bem como na correspondente parcela de despesa com pessoal relativa a segurança social (-14,8%), nomeadamente nos encargos suportados a título de entidade patronal para a CGA, Segurança Social e ADSE;
- O decréscimo das transferências de capital (-23,8%), resultante do efeito base de 2011 associado à regularização de responsabilidades financeiras a concessionárias de infraestruturas rodoviárias³, que mais que anula o efeito da transferência extraordinária em 2012 para a RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.⁴; e
- A diminuição das transferências inscritas no Orçamento do Estado para 2012 destinadas ao financiamento do Serviço Nacional de Saúde (-11,9%)⁵, às instituições de Ensino Superior e de Ação Social do Ensino Superior (-21,2%) e à Administração Local (-6,5%).

■ Em sentido contrário, contribuindo para o aumento da despesa, são de referir as seguintes rubricas de despesa:

- O aumento dos juros e outros encargos, cuja variação homóloga (+19,9%) foi significativamente menos acentuada por comparação com o mês anterior⁶, refletindo um padrão intranual específico;
- O acréscimo das transferências correntes destinadas:
 - Ao SNS, visando a regularização de dívidas de anos anteriores;
 - À Segurança Social, determinadas pelos encargos adicionais associados ao financiamento do regime de segurança social substitutivo dos bancários⁷; e
 - Ao orçamento da União Europeia (+13,3%), a título de contribuição financeira, refletindo, ainda, o pagamento decorrente da revisão dos recursos próprios pela Comissão Europeia.

³ Contabilizada em “outras transferências de capital”.

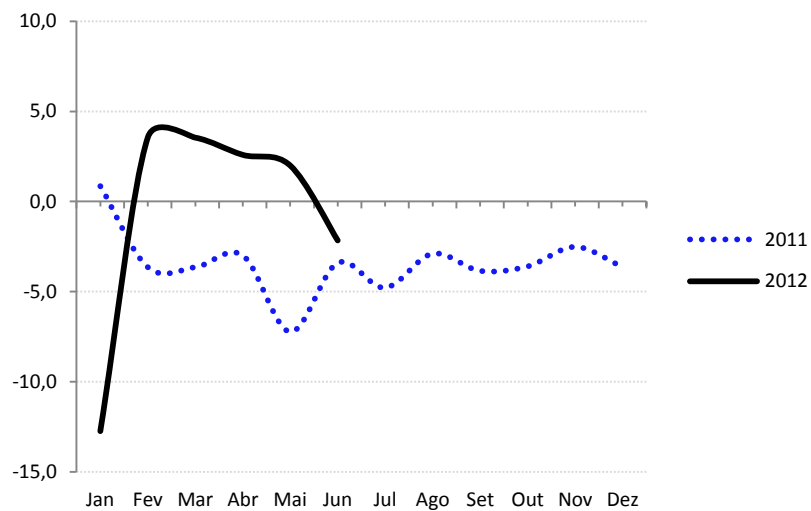
⁴ Registada em transferências de capital para a administração central.

⁵ Considerando apenas a dotação corrente do OE para o SNS, não tendo em conta as transferências que, excecionalmente em 2012, serão realizadas (1 700 milhões de euros).

⁶ Por memória, +80,1%.

⁷ Associado à transferência parcial, para o Estado, da titularidade do património dos fundos de pensões de instituições de crédito, na parte afeta à satisfação da responsabilidade com pensões, nos termos do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro. Os encargos desta natureza ascenderam a 259,6 milhões de euros até maio.

Gráfico 2 - Despesa Efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

Subsetor Serviços e Fundos Autónomos

SÍNTESE

Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a junho)

	2011				2012				VH (%)	Contrib. VH (pp.)
	SFA	SFA	EPR	Total	SFA	SFA	EPR	Total		
	Milhões de euros				Grau de Execução (%)					
Receita corrente	10.489,1	11.080,8	1.050,5	12.089,9	43,2	48,3	37,6	47,1	5,6	5,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	1.741,4	1.664,3	0,0	1.664,3	42,0	48,0	-	48,0	-4,4	-0,7
Transferências correntes	7.482,2	7.838,2	319,2	8.112,9	44,8	52,5	40,3	46,7	4,8	3,1
Outras receitas correntes	1.265,5	1.578,2	731,4	2.312,7	36,8	54,9	36,5	48,2	24,7	2,7
Receita de capital	1.095,0	566,8	383,4	950,2	54,0	31,2	52,9	37,5	-48,2	-4,6
Receita Efectiva	11.584,0	11.647,6	1.433,9	13.040,1	44,0	47,0	40,7	46,3	0,5	0,5
Despesa corrente	9.888,2	9.584,6	1.157,0	10.700,3	41,0	42,5	39,6	42,2	-3,1	-2,9
Despesas com o pessoal	1.387,5	1.161,8	331,7	1.493,6	44,3	44,7	48,4	45,5	-16,3	-2,2
Aquisição de bens e serviços	3.859,2	3.726,0	301,3	4.027,3	42,9	39,7	37,9	39,5	-3,5	-1,3
Transferências correntes	4.429,8	4.477,7	11,7	4.475,5	39,7	46,7	50,5	46,5	1,1	0,5
Outras despesas correntes	211,6	219,0	512,3	703,9	24,7	21,8	36,1	30,7	3,5	0,1
Despesas de capital	587,4	352,3	749,4	1.101,6	29,9	28,9	41,9	36,7	-40,0	-2,2
Investimento	103,3	102,4	748,9	851,3	14,1	22,7	41,9	38,0	-1,0	0,0
Transferências de capital	460,8	249,8	0,4	250,2	38,3	33,8	-	33,9	-45,8	-2,0
Outras despesas de capital	23,3	0,1	0,0	0,1	76,5	0,3	-	0,5	-99,6	-0,2
Despesa Efectiva	10.475,6	9.936,9	1.906,4	11.801,9	40,1	41,8	40,4	41,6	-5,1	-5,1
Saldo global	1.108,4	1.710,7	-472,5	1.238,3						
Saldo corrente	600,9	1.496,2	-106,5	1.389,7						
Saldo de capital	507,5	214,6	-366,0	-151,4						
Saldo primário	1.113,2	1.726,0	-111,6	1.614,3						

Nota: As outras despesas correntes e outras despesas de capital estão influenciadas pelas diferenças de consolidação no subsector.

Fonte: Ministério das Finanças

- O saldo global do subsector dos SFA⁸ em junho de 2012, incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS)⁹, atingiu os 1 238,3 milhões de euros, sendo - 472,5 milhões de euros respeitantes às Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) no perímetro da Administração Central.
- O saldo global em termos de comparáveis, ascende a 1 710,7 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 602,4 milhões de euros face ao período homólogo, explicada pela redução da despesa efetiva (5,1%) acompanhada do aumento da receita efetiva (0,5%).

A redução da despesa incidiu particularmente em despesas com o pessoal, transferências de capital para entidades privadas e aquisição de bens e serviços pelo SNS.

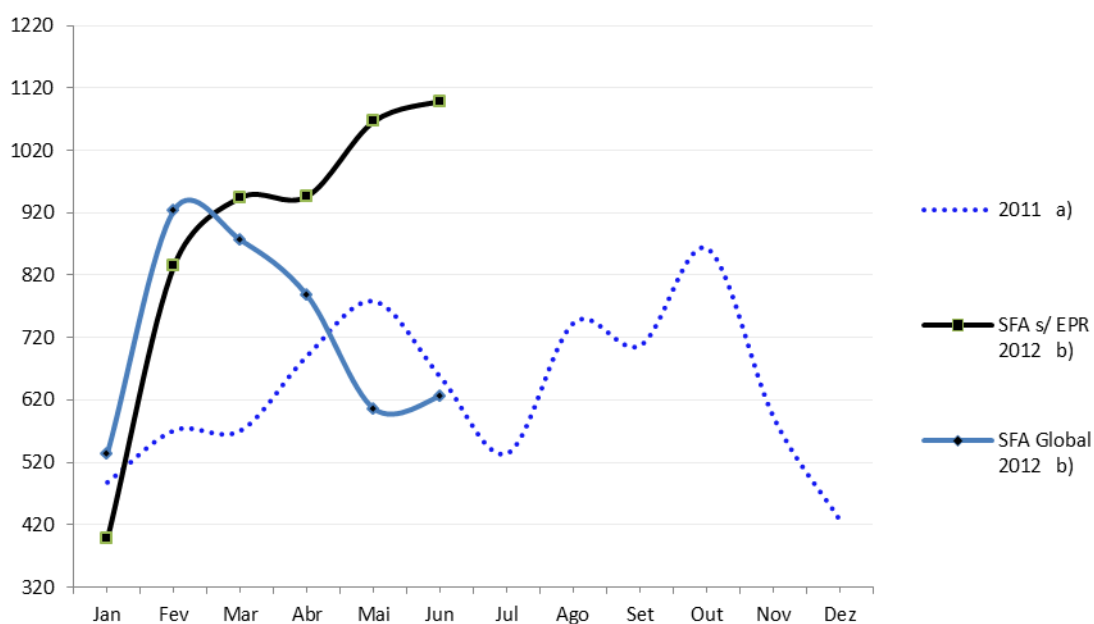
⁸ Organismos em falta de reporte de execução orçamental em junho:

2012 - Parups, S.A, Parvalorem, S.A e Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL
2011 - UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.

⁹ A análise da execução orçamental do SNS da presente secção é efetuada na ótica da contabilidade pública (ótica tesouraria).

- O saldo global comparável, excluído de operações extraordinárias verificadas quer em 2011, quer em 2012, regista uma melhoria de 467 milhões de euros, justificada pela receita, destacando-se a cobrança pela Autoridade Nacional das Comunicações – ICP dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração de redes de telemóveis e o acréscimo de verbas provenientes do OE para a CGA¹⁰.

Gráfico 3 – Evolução do saldo global do subsector dos SFA - Milhões de Euros



Nota: a) Excluída a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA (em 2011: 476,7 M€)

b) Em 2012 está a ser excluído o montante relativo à incorporação dos Fundos de Pensões do Grupo BPN (96,8 M€) bem como o efeito associado à 1.ª tranche do Orçamento Retificativo destinada ao SNS (515,3 M€)

Fonte: Ministério das Finanças

- A taxa de execução orçamental até junho, da receita e despesa, comparativamente com o objetivo implícito ao orçamento retificativo, foi inferior ao padrão de segurança de segurança.
- Contribuíram para este resultado os seguintes capítulos de receita:
 - Transferências correntes provenientes do OE, as quais, no âmbito do orçamento retificativo, foram reforçadas em 1,7 mil milhões de euros para o SNS para cobertura do défice de 2012 (200 milhões de euros) e regularização de dívidas de anos anteriores (1 500 milhões de euros), tendo em junho sido levantados 47% do montante total das verbas atribuídas;

¹⁰ As verbas solicitadas em junho de 2012, relativa a dotações do OE por parte da CGA, foram superiores aos valores solicitados no mesmo mês de 2011, não tendo contudo sido plenamente aplicadas em despesa.

- Outras receitas correntes, relativas a venda de bens e serviços, com destaque para as EPR, e a rendimentos de propriedade em particular do Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP) tendo executado 24,2%;
 - Transferências de capital provenientes da União Europeia, nomeadamente as verbas executadas pelas EPR com destaque para as POLIS e a Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE no âmbito do Fundo de Coesão e do FEDER, respetivamente.
 - Outras transferências de capital, sobretudo pelo valor da compensação financeira de incorporação do Fundo de pensões da PT, respeitante a 2012, não ter sido ainda transferido para a CGA;
- Relativamente à despesa salienta-se a execução inferior ao padrão de segurança observada em:
- Aquisição de bens e serviços, na medida em que foram aplicados apenas 234,7 milhões de euros¹¹ do total das verbas atribuídas no orçamento rectificativo ao SNS, que ascenderão a 1 700 milhões de euros;
 - Juros e outros encargos executado pelas EPR da Administração Central e das transferências correntes para fora das Administrações Públicas, relativas aos encargos com pensões e abonos da CGA, justificado pelo comportamento intra-anual destas rubricas;
 - Transferências Correntes para entidades fora do perímetro das Administrações Públicas, nomeadamente os pagamentos por parte do IFAP no âmbito do FEADER para zonas agrícolas desfavorecidas e medidas de apoio agroambientais que têm um padrão de execução específico com particular incidência a partir de agosto;
 - Investimento, influenciado sobretudo pela execução das EPR com destaque para as POLIS, Universidade do Porto – Fundação Pública e Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

¹¹ Ainda que a ACSS tenha entregue as verbas aos hospitais, o mês da regularização de dívidas pode não ser coincidente.

SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (EXCLUINDO EPR)

Saldo Global do Subsector dos SFA (janeiro a junho) - Exclui EPR

Serviços	2011	2012	Variação em 2012
	Milhões de euros		
Saldo Global	1.108,4	1.710,7	602,4
<i>Excluindo operações extraordinárias</i>	631,6	1.098,6	467,0
<i>dos quais:</i>			
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	109,9	611,1	501,2
<i>Excluindo o efeito em receita e despesa da 1.ª tranche do reforço do OER</i>	109,9	95,7	-14,2
Autoridade Nacional de Comunicações (ICP)	-17,5	256,8	274,2
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	84,8	136,0	51,1
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	453,9	191,5	-262,4
<i>Excluindo incorporação dos Fundos de Pensões</i>	-22,8	94,7	117,6

Fonte: Ministério das Finanças

RECEITA

- A receita efetiva apresenta um acréscimo de 0,5 % face a igual período do ano anterior, sobretudo devido à variação positiva observada em:
 - Transferências correntes de outros subsectores das Administrações Públicas (+4,9%) sobretudo as provenientes do OE, em resultado do impacto no SNS (750 milhões de euros). As verbas do OE para financiamento dos encargos com pensões da CGA registaram também um acréscimo de 228,5 milhões de euros;
 - Taxas, multas e outras penalidades (+45,6%), explicado pela atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração de redes de telemóveis¹² pela Autoridade Nacional das Comunicações – ICP (272 milhões de euros);
- Em sentido inverso, destaca-se a diminuição registada em:
 - Outras transferências de capital (-82,6%), justificada pelo efeito de base em 2011 da incorporação de 476,7 milhões de euros do Fundo de Pensões da PT na CGA;
 - Transferências de capital de outros subsectores das Administrações Públicas (-45,8 %), destacando-se a redução das transferências do OE (-47,3%) destinadas à Fundação para a Ciência e

¹² Receita cobrada pela Autoridade Nacional das Comunicações – ICP nos termos do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e o Regulamento n.º 560-A/2011, de 19 de outubro.

Tecnologia, I.P. – FCT, que passam a assumir um carater mais regular face ao ritmo de execução do ano anterior¹³;

- Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE (-4,4%) devido à redução registada na receita da CGA (-77,1 milhões de euros), em consequência da suspensão do pagamento de subsídios de férias¹⁴.

DESPESA

- A descida de 5,1% na despesa efetiva comparativamente com o período homólogo é justificada pelas seguintes variações:
 - Despesas com o pessoal (-16,3%)¹⁵, variação decorrente sobretudo da medida de contenção orçamental prevista na Lei do OE relativa à suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores do sector público;
 - Transferências de capital para fora do perímetro das Administrações Públicas (-52,1%), essencialmente pelo efeito base de 2011 respeitante à operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A. por parte da CGA¹⁶ e pela redução de encargos com organizações internacionais pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.;
 - Aquisição de bens e serviços (-3,5%) pelo SNS em resultado da diminuição dos encargos com contratos-programa celebrados com os hospitais e unidades de saúde EPE e com meios complementares de diagnóstico e terapêutica, em linha com a redução do Orçamento do SNS em 2012;
 - Subsídios (-20,0%), explicada pelo efeito de base 2011 referente ao pagamento de ajudas aos agricultores no âmbito do FEAGA, bem como pela redução dos montantes da comparticipação no âmbito das medidas de emprego e formação profissional, resultado das alterações legislativas introduzidas;
- Em sentido contrário, com impacto no crescimento da despesa, refira-se as transferências correntes para entidades fora das AP (+1,9%), pelo aumento do número de aposentados da responsabilidade da CGA e a atualização em 2012 das pensões mínimas de aposentação e de sobrevivência dos dois escalões mais baixos.

¹³ Passam a estar sujeitas à execução segundo o regime duodecimal (art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 32/2012 de 13 de fevereiro) as verbas destinadas ao pagamento de bolsas, inserção de doutorados nas empresas e instituições de investigação e desenvolvimento (I&D) que estavam excecionadas em 2011 daquela regra.

¹⁴ De acordo com o previsto no art.º 21.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro - Lei do OE 2012.

¹⁵ Considerando o universo comparável a variação homóloga do subsector é de -14,9%.

¹⁶ Por conta da compensação devida nesse ano pela PT - Comunicações, S. A., no âmbito do processo da transmissão das responsabilidades das pensões e abonos para a CGA.

ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)

- O universo constituído pelas EPR apresenta em Junho um saldo global negativo em 472,5¹⁷ milhões de euros em resultado do recurso ao endividamento líquido (486 milhões de euros) maioritariamente através de financiamento destinado à cobertura de parte significativa do défice.

Saldo Global do Subsector dos SFA - EPR (janeiro a junho)

Serviços	2012	
	maio	junho
	Milhões de euros	
Saldo Global - EPR	-460,5	-472,5
<i>dos quais:</i>		
Estradas de Portugal, SA	-284,7	-252,7
Parque Escolar, EPE	-113,9	-75,9
Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	-234,4	-251,1

Fonte: Ministério das Finanças

- Face ao mês anterior, o saldo global das EPR apresenta uma degradação de 12,0 milhões de euros, resultado influenciado pelo reporte da execução orçamental da receita por parte da Universidade do Porto – Fundação Pública¹⁸. A execução orçamental ajustada revelaria um saldo global das EPR de -422,6 M€, ou seja com um acréscimo de 37,9 M€ face a maio, sobretudo em resultado de:
 - Recebimentos de fundos comunitários pela Parque Escolar, E.P.E. relativos a despesa efetuada em 2011 permitindo uma melhoria do saldo global em cerca de 38,0 M€.
 - O desempenho positivo nas receitas com a cobrança do imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) e com portagens da Estradas de Portugal, S.A. levaram a uma melhoria do saldo global deste organismo em cerca de 32,1M€;

¹⁷ Este valor não contempla a execução orçamental da Parups, S.A. e Parvalorem, S.A..

¹⁸ A Universidade do Porto-Fundação Pública procedeu ao reporte erradamente da execução orçamental da receita do mês de junho, traduzindo-se num saldo global negativo cujo impacto no saldo global do subsector é de 49,9 milhões de euros. Esta situação será corrigida em julho.

SÍNTESE

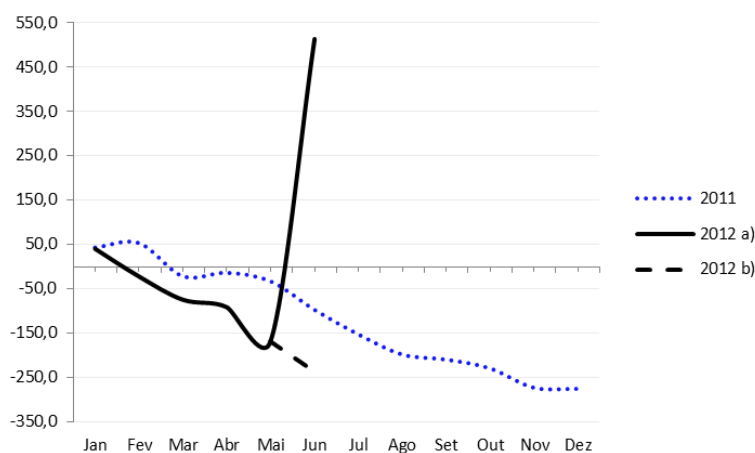
Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro a junho)

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros			
Receita				
Transferência do Orçamento do Estado	4.048,6	4.322,4	6,8	6,5
Prestação serviços	45,8	64,6	41,0	0,4
Outros	91,8	102,4	11,5	0,3
Receita cobrada	4.186,2	4.489,4	7,2	
Despesa				
Despesa com pessoal	489,2	411,7	-15,8	-1,8
Subcontratos	3.567,7	3.351,3	-6,1	-5,0
Outros	241,8	212,5	-12,1	-0,7
Despesa total	4.298,7	3.975,5	-7,5	
Saldo global	-112,5	513,9		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

- A informação provisória da execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS)¹⁹ apresentou em junho de 2012 um saldo de 513,9 milhões de euros, influenciado pelo recebimento da primeira tranche do Orçamento Retificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores (750 milhões de euros).

Gráfico 4 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros



Nota: a) Saldo Global do SNS
b) Saldo global do SNS, expurgado o efeito da 1.ª tranche do reforço previsto no Orçamento Retificativo (750 M€)

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

¹⁹ Isto é, considerando não apenas a despesa efetivamente realizada, mas igualmente os compromissos assumidos, de acordo com o princípio do “accrual basis accounting” (princípio da especialização ou do acréscimo).

RECEITA

- A receita registou um aumento de 7,2 % em 2012 relativamente ao ano anterior em resultado do recebimento da referida *tranche* prevista no Orçamento Retificativo de 2012 (750 milhões de euros).
- Eliminado este efeito, a receita do SNS apresenta uma redução de 10,7 % face ao período homólogo principalmente motivada pelo menor volume de transferências do Orçamento do Estado o que representa um contributo de -11,4 p.p..

DESPESA

- A despesa efetiva registou um decréscimo de 7,5%, resultado essencialmente do desempenho das Administrações Regionais de Saúde (ARS), relativamente às despesas com:
 - Subcontratos (-6,1%), que observaram uma redução do valor do contrato-programa com os hospitais e unidades de saúde EPE, no seguimento da aplicação das medidas previstas para o sector;
Destaca-se ainda a redução de despesa com os meios complementares de diagnóstico e terapêutica e com medicamentos vendidos por farmácias de ambulatório traduzindo as medidas associadas à redução de encargos com medicamentos;
 - Pessoal (-15,8 %) em resultado sobretudo da medida de suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores do sector público prevista na Lei do OE bem como da redução de remunerações e suplementos;
 - Outras despesas (-12,1%), devido ao menor volume de transferências efetuadas para organismos da Administração Central²⁰.
- Em sentido contrário, destaca-se o acréscimo registado em outros Subcontratos (+ 25,7%) que deriva de novos encargos com Parcerias Público-Privadas, nomeadamente, o início de atividade do Hospital de Loures e o pagamento ao Hospital de Vila Franca de Xira.

²⁰ Instituto da Droga da Toxicodpendência, I.P., Alto Comissariado da Saúde e Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P..

SÍNTESE

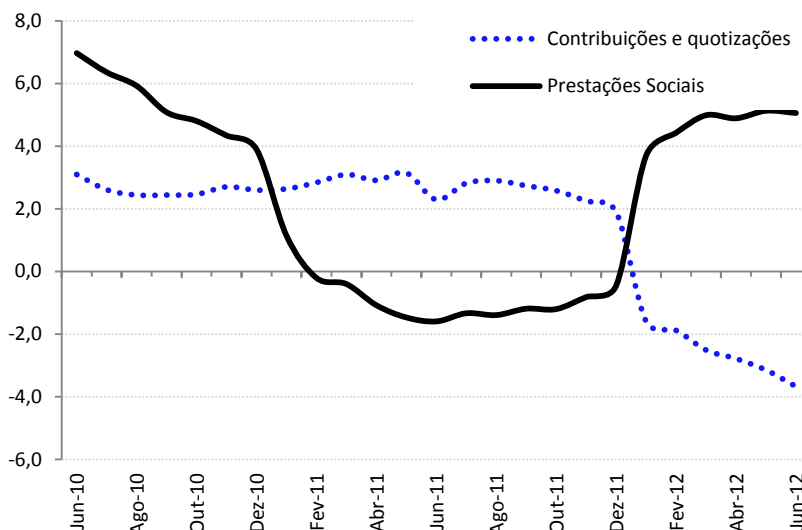
Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a junho)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012
Receita corrente	11.640,1	11.427,3	49,5	47,4	1,5	-1,8
Contribuições e quotizações	6.628,2	6.384,6	48,2	47,0	2,3	-3,7
IVA Social	357,6	359,4	50,0	37,9	2,5	0,5
Transferências correntes da Administração Central	3.439,1	3.570,1	49,4	49,9	-12,7	3,8
Transferências do Fundo Social Europeu	707,0	599,2	61,4	43,7	186,7	-15,3
Outras receitas correntes	508,2	513,9	53,1	49,0	14,0	1,1
Receita de capital	2,7	2,6	40,0	9,7	-88,3	-4,6
Receita efetiva	11.642,8	11.429,8	49,5	47,3	1,4	-1,8
Despesa corrente	10.553,1	11.141,8	41,2	46,2	0,2	5,6
Pensões	6.136,9	6.392,6	42,6	44,3	2,9	4,2
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário	0,0	259,5	0,0	49,7	-	-
Outras prestações sociais	3.164,5	3.379,2	50,2	51,6	-9,4	6,8
Outras despesas correntes	1.251,6	1.110,5	53,9	43,6	16,2	-11,3
Despesas de capital	8,6	14,2	33,4	48,6	16,7	65,7
Despesa efetiva	10.561,7	11.156,0	45,7	46,3	0,2	5,6
Saldo global	1.081,1	273,8				

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

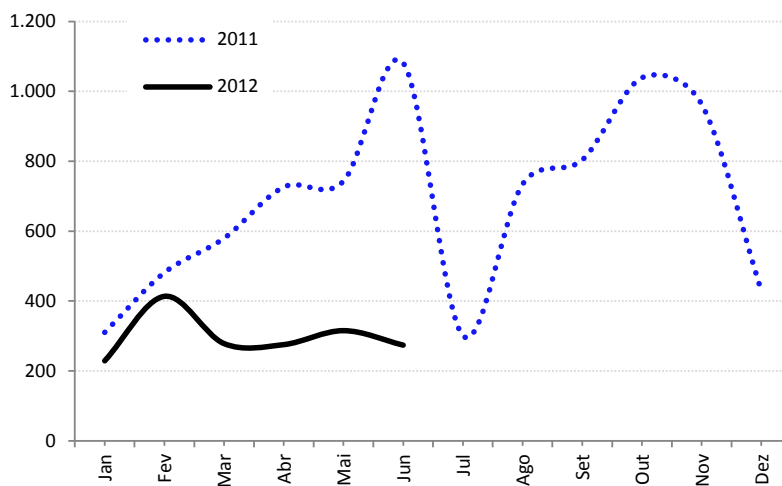
- O saldo global do subsector da Segurança Social registou um excedente de 273,8 milhões de euros, menos 807,2 milhões de euros que em igual período do ano transato.
- O grau de execução da receita efetiva, tomando por referência o Orçamento Retificativo, situou-se abaixo de 2011 e do padrão de segurança, justificado pela componente de contribuições e quotizações e de IVA consignado à Segurança Social, influenciado pela previsão de recebimento de 230 milhões de euros relativo ao Programa de Emergência Social, que ainda não ocorreu, e pelo nível das transferências provenientes do Fundo Social Europeu.
- A despesa efetiva registou um grau de execução superior ao período homólogo, influenciado pelo acréscimo de despesa com pensões do regime contributivo bancário, com os subsídios de desemprego e de apoio ao emprego Pensões de velhice. O nível de execução situou-se abaixo do padrão, dado que os subsídios de férias associados às pensões são pagos em julho.

Gráfico 5 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Gráfico 6 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

RECEITA

- A receita efetiva registou um decréscimo de 212,9 milhões de euros para o qual contribuíram, em maior medida, os seguintes fatores:
 - O decréscimo de receita de contribuições e quotizações em 243,5 milhões de euros, que tem implícita uma VH de -3,7%;
 - A redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado em 132,0 milhões de euros, com uma variação de -3,9 % decorrente da necessidade de menor financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social, em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas;
 - O decréscimo registado em "Transferências do exterior" no valor de 107,8 milhões de euros;
 - O decréscimo face ao período homólogo, registado em "Rendimentos e Outras Receitas" no montante de 6,8 milhões de euros;
 - Em sentido contrário, o recebimento da transferência do OE para fazer face a despesa com o Regime Substitutivo Bancário no valor de 259,6 milhões de euros. Verificou-se o acréscimo registado em "Transferências correntes - outras entidades" no valor de 15,9 milhões de euros.

DESPESA

- A despesa efetiva observou um acréscimo de 594,3 milhões de euros, tendo subjacente uma VH de 5,6%, para a qual concorrem, nomeadamente:
 - O aumento de despesa proveniente das obrigações com o pagamento das pensões relativas ao Regime Substitutivo Bancário no valor de 259,5 milhões de euros;
 - O acréscimo da despesa com prestações sociais em 470,3 milhões de euros (+5,1%), explicado pelo comportamento das pensões que registam uma variação homóloga de 4,2%; As restantes prestações sociais registam, um acréscimo de 6,8% face ao período homólogo de 2011, destacando-se os subsídios de desemprego e apoio ao emprego²¹;
 - Diminuição da despesa com subsídios à formação profissional em 86,6 milhões de euros com suporte no Fundo Social Europeu e Contrapartida Pública Nacional²², o que reflete um decréscimo de 11,3% face ao período homólogo de 2011;

²¹ A despesa com prestações de desemprego de junho encontra-se influenciada pela existência de um processamento extraordinário efetuado no mês de maio, que levou à antecipação do pagamento de despesa

²² Note-se que este pagamentos ainda que refletidos na despesa efetiva do OSS não tem impacto no saldo global corrigido no respeito pelo princípio da neutralidade dos fundos comunitários

- Em sentido inverso, a redução, face a igual período de 2011, nas despesas de administração, em 26,1 milhões de euros; bem como a redução nas transferências para serviços e fundos autónomos, designadamente, para o emprego, higiene, formação profissional, no montante de 28,2 milhões de euros.

SÍNTESE

- Até final do I semestre de 2012, a Administração Regional apresentou um saldo deficitário de 88,1 milhões de euros, refletindo um agravamento de 48,2 milhões de euros face a igual período do ano anterior. Este comportamento ficou a dever-se, essencialmente, à Região Autónoma da Madeira, cujo saldo orçamental se situou nos -93,6 milhões de euros, enquanto a Região Autónoma dos Açores registou um saldo positivo de 5,5 milhões de euros.
- A receita efetiva registou uma quebra homóloga de 4,5%, enquanto a despesa apresentou um incremento de 0,7%. A receita efetiva apresentou um grau de execução de 39%, enquanto o da despesa foi superior em um ponto percentual, traduzindo-se num agravamento do saldo orçamental.

Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a junho)

	2011	2012	Var. Absoluta	VH (%)	
	Milhões de euros			2011	2012
Receita Efetiva	937,9	896,1	-41,8	7,8	-4,5
dq. Receita Fiscal	505,4	467,2	-38,2	4,6	-7,6
Transferências do Orçamento de Estado	302,1	279	-23,1	34,1	-7,6
União Europeia	69,7	75,9	6,2	9,3	8,9
Despesa efetiva	977,8	984,2	6,4	2,8	0,7
dq. Despesa Primária	951,4	945,8	-5,6	2,0	-0,6
Despesa de Capital	146,9	98,8	-48,1	53,8	-32,7
Saldo global	-39,9	-88,1	-48,2		
<i>Por memória :</i>					
Saldo Primário	-13,4	-49,7	-36,3		
Saldo Corrente	16,6	-105,1	-121,7		
Saldo Capital	-56,4	17,0	73,4		
Necessidade de Financiamento					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-5,1	397,2	402,3		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-4,9	-202,7	-197,8		
<i>dos quais Receitas de:</i>					
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0		
Outros Ativos	1,2	0,6	-0,6		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	49,8	-106,4	-156,3		
Total do Financiamento*	39,9	88,1	48,2		

Fonte : Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

RECEITA

- A quebra de 4,5% da receita efetiva foi determinada pelo contributo negativo da receita corrente (-7,2 p.p.) que mais que compensou o contributo positivo da receita de capital (2,7 p.p.):
 - A quebra homóloga de 7,9% da receita corrente foi determinada pelo contributo negativo da receita fiscal e das transferências correntes do OE, de -4,5 p.p. e -4,0 p.p., respetivamente. Enquanto a primeira foi influenciada pelo decréscimo dos impostos indiretos da Região Autónoma dos Açores, em particular do IVA (-13,1%), a receita de transferências refletiu o comportamento da Região Autónoma da Madeira, com uma quebra nesta rubrica de 22,2%, explicada por uma menor dotação orçamental no âmbito da LFR e de uma alteração de registo do valor referente à Lei de Meios como transferência de capital.
 - A receita de capital registou um crescimento em ambas as Regiões Autónomas num total de 28%, que na Madeira teve como principal contributo as transferências de capital provenientes da Administração Central (Lei de Meios) e nos Açores, as provenientes do Resto do Mundo.

Gráfico 7 – Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€)

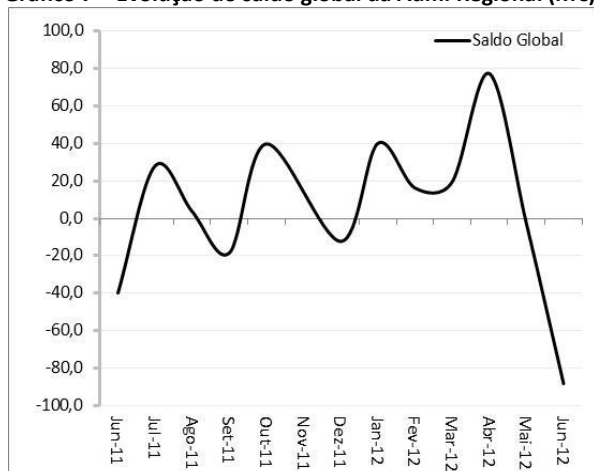
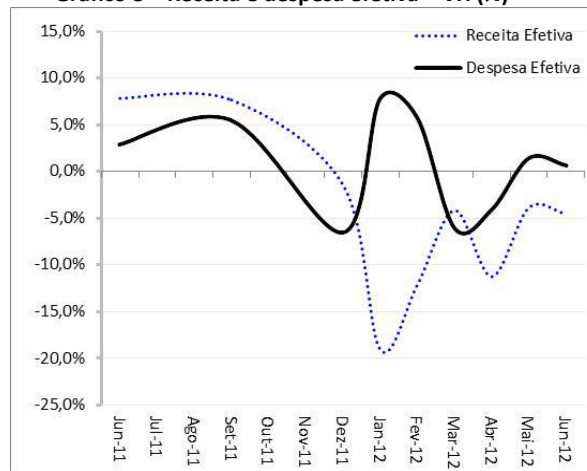


Gráfico 8 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

DESPESA

- O crescimento homólogo de 0,7% da despesa efetiva foi determinado pelos contributos em sentido oposto de cada uma das Regiões Autónomas, sendo que os Açores registaram uma quebra de 6,9% e a Madeira um crescimento de 7,2%, refletindo os pagamentos realizados no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro à Região.

- A despesa corrente aumentou 6,5%, contribuindo com 5,6 p.p. para a despesa efetiva, estando este crescimento relacionado com a despesa com aquisição de bens e serviços e as outras transferências correntes (6,3 p.p. e 7,0 p.p., respetivamente), cujo crescimento mais que compensou a quebra de 13,7% das despesas com pessoal.
- A despesa de capital apresentou uma quebra homóloga de 32,7%, que se traduziu num contributo de -4,9 p.p. para a despesa efetiva, influenciada principalmente pela despesa em aquisição de bens de capital (-31,6 p.p.).

SÍNTESE

- A Administração Local registou no 1.º semestre do ano, e para um universo comparável de 247 municípios, um saldo orçamental de 243,9 milhões de euros, refletindo uma melhoria de 64,3 milhões de euros face ao registado no período homólogo. Esta evolução é explicada, essencialmente, pela redução da despesa efetiva que mais que compensou a quebra da receita efetiva. Para igual período do ano anterior, a informação disponível para a totalidade dos municípios evidenciava um saldo global de 217,2 milhões de euros, que se situa em 179,6 milhões de euros para o universo comparável em análise e que representa cerca de 80% da receita e despesa efetivas.
- As necessidades de financiamento evidenciam uma diminuição dos passivos financeiros face ao registado no 1.º semestre de 2011, contribuindo positivamente para a evolução da dívida financeira da Administração Local.

Execução orçamental da Administração Local (janeiro a junho)

	2011	2012	Var.Abs.	VH (%)	
	Milhões de euros		2012	2011	2012
Desempenho Orçamental					
Receita Efetiva	2.847,7	2.744,2	-103,6	1,2	-3,6
dq. Receita Fiscal	934,2	910,9	-23,2	-1,0	-2,5
Transferências do Orçamento de Estado	936,9	900,9	-36,0	-9,3	-3,8
União Europeia	221,6	227,4	5,8	96,9	2,6
Despesa efetiva	2.668,1	2.500,2	-167,9	-0,2	-6,3
dq. Despesa Primária	2.623,6	2.447,8	-175,8	-0,5	-6,7
Despesa de Capital	733,7	662,1	-71,6	-0,9	-9,8
Saldo global	179,6	243,9	64,3		
<i>Por memória :</i>					
Saldo Primário	224,1	296,3	72,3		
Saldo Corrente	326	357	31,7		
Saldo Capital	-146	-114	32,6		
Necessidade de Financiamento					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-4,2	-71,0	-66,8		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-4,4	-6,5	-2,2		
<i>dos quais Receitas de:</i>					
Alienação de partes de Capital	0,2	0,0			
Outros Ativos	3,8	4,8			
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-171,0	-166,5	4,6		
Total do Financiamento*	-179,6	-243,9	-64,3		

Fonte : BIORC - DGO com base nos dados do SIAL

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

Nota : Universo comparável de 247 Municípios.

RECEITA

- De acordo com a informação disponível, no 1.º semestre de 2012 a receita efetiva foi de 2.744,2 milhões de euros, o que se traduziu numa variação homóloga de -3,6% (-103,6 milhões de euros), para a qual contribuíram quer a receita corrente (-2,3 p.p.) quer a de capital (-1,4 p.p.).
 - A quebra de 2,9% da receita corrente é determinada pelo comportamento negativo da receita fiscal e das transferências correntes, com contributos de -1 p.p. e -1,1 p.p., respetivamente.
 - Por sua vez, a variação negativa da receita de capital em 6,6%, é determinada pela redução das transferências e, em menor escala, pela venda de bens de investimento, com contributos de -3,9 p.p. e -2,6 p.p., respetivamente.

Gráfico 9 – Evolução do saldo global da Adm. Local (M€)

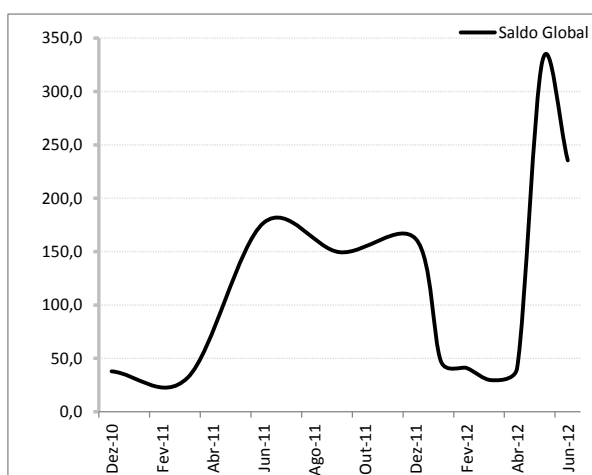
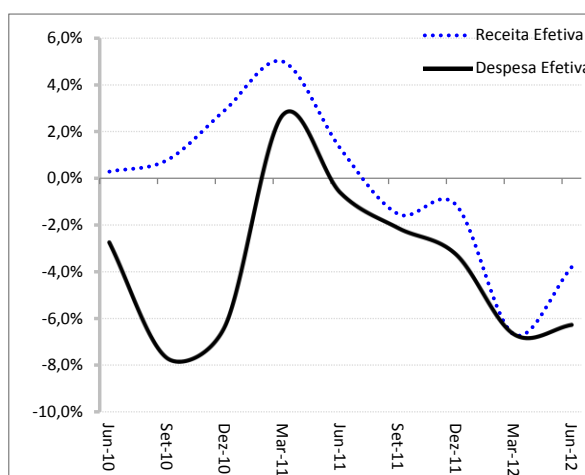


Gráfico 10 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

DESPESA

- Até junho de 2012, a despesa efetiva foi de 2.500,2 milhões de euros evidenciando uma redução de 6,3% em termos homólogos, sendo o contributo da despesa corrente mais significativo que a de capital (-3,6 p.p. e -2,7 p.p., respetivamente).
 - O comportamento da despesa corrente é explicado, essencialmente, pela redução das despesas com pessoal, cujo contributo foi de - 5 p.p., refletindo a suspensão do pagamento do subsídio de férias determinado pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro (Lei do OE para 2012). Também as transferências correntes contribuíram negativamente em 1,3 p.p., na sequência da

necessidade de redução da despesa por parte dos municípios, nomeadamente transferências para associações, instituições sem fins lucrativos ou outras.

- Também as despesas de capital evidenciaram uma quebra face a igual período do ano anterior, principalmente na rubrica de aquisições de bens de capital seguida das transferências de capital com contributos de -5,3 p.p. e -3,5 p.p., respetivamente. Também a redução das transferências de capital decorre da necessidade de ajustamento da despesa a que os municípios estão sujeitos.

2012
julho

Síntese da Execução Orçamental

Informação Estatística

Índice

Última actualização Próxima actualização Último valor disponível

Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Execução Orçamental consolidada das Administrações Públicas	23-julho-12	23-agosto-12	jan-maio 12
Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Execução Orçamental do Estado	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Receita do Estado	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Despesa do Estado - classificação económica	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Despesa do Estado - classificação funcional	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Despesa do Estado - classificação orgânica	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Programas Orçamentais	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Execução Orçamental da Segurança Social	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Administração Regional	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Administração Local	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Dívida não Financeira da Administração Pública	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12
Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública	23-julho-12	23-agosto-12	jan-junho 12

Glossário

Metas PAEF e execução 2012 - Administrações Públicas

Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012

Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)

€ Milhões

	I Trimestre		II Trimestre		Metas (valores acumulados)	
	Meta	Execução (1)	Meta	Execução (1)	III Trimestre	IV Trimestre
Saldo das Administrações Públicas (caixa)	-	-438	-	-1.554	-	-
Ajustamentos PAEF						
Garantias, empréstimos e dotações de capital		-12		-35		
Transferência adicional para o SNS		0		235		
Fundos de pensões de instituições de crédito		0		-2.784		
Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)	-1.900	-450	-4.400	-4.138	-5.900	-7.600

(1) O saldo das Administrações Públicas inclui operações, que no âmbito do memorando técnico de entendimento do PAEF, devem afetar o saldo, apesar de terem sido registadas como despesa não efetiva.

Conta Consolidada das Administrações Públicas

Conta consolidada das Administrações Públicas (ótica da contabilidade pública) - janeiro a maio 2012

€ Milhões

	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas
Receita corrente	14.585,3	9.586,7	2.860,7	9.597,2	26.670,2
Impostos directos	5.182,0	22,3	1.229,0	0,0	6.433,3
Impostos indirectos	7.915,4	448,7	312,1	299,5	8.975,6
Contribuições de Segurança Social	203,1	1.396,3	3,7	5.343,5	6.946,6
Outras receitas correntes	1.284,9	7.719,5	1.315,9	3.954,2	4.314,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	313,8	5.861,2	804,1	2.980,6	
Receita de capital	237,2	910,8	892,2	1,5	970,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	33,7	458,8	577,2	1,1	0,0
Receita efectiva	14.822,5	10.497,6	3.752,9	9.598,7	27.641,2
Despesa Corrente	16.363,7	8.789,9	2.597,3	9.260,7	27.052,0
Consumo Público	4.255,6	4.575,0	2.073,4	136,5	11.040,5
Despesas com o Pessoal	3.503,1	1.232,5	1.143,9	103,2	5.982,7
Aquisição de Bens Serv. E Outras Desp. Corr.	752,5	3.342,5	929,5	33,3	5.057,8
Subsídios	23,6	131,5	61,8	309,4	526,3
Juros e Outros Encargos	1.572,2	333,5	83,6	1,2	1.990,5
Transferências correntes	10.512,2	3.749,9	378,6	8.813,7	13.494,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	9.212,3	226,7	6,6	514,1	
Despesa de capital	1.174,7	1.005,0	773,0	22,7	1.904,5
Investimentos	75,9	779,8	663,8	9,3	1.528,7
Transferências de capital	1.093,7	225,2	101,5	13,4	363,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.030,9	36,5	3,4	0,0	
Outras despesas de capital	5,1	0,1	7,7	0,0	12,8
Despesa efectiva	17.538,4	9.794,9	3.370,3	9.283,4	28.956,5
Saldo global	-2.715,9	702,6	382,6	315,3	-1.315,4
Saldo corrente	-1.778,4	796,8	263,4	336,5	-381,8
Despesa corrente primária	14.791,5	8.456,5	2.513,8	9.259,5	25.061,5
Saldo corrente primário	-206,2	1.130,3	347,0	337,7	1.608,7
Saldo de capital	-937,5	-94,2	119,3	-21,2	-933,6
Despesa primária	15.966,2	9.461,5	3.286,7	9.282,2	26.966,1
Saldo primário	-1.143,7	1.036,1	466,2	316,5	675,1

Fonte: Ministério das Finanças

Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

€ Milhões

	Objetivo Orçamento Retificativo		Universo comparável	Universos comparáveis (sem EPR)						Execução Universo real (com EPR)			
	2012		jan - junho 2011	junho 2012			jan - junho 2012			junho 2012		jan - junho 2012	
	Universos comparáveis (sem EPR)	Universo real (com EPR)	Execução Acumulada	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Grau de Execução acumulado (%)	Execução mensal	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Grau de Execução acumulado (%)
Receita corrente	61.868,5	64.157,5	28.312,7	4.062,7	-8,2	6,6	27.926,3	-1,4	45,1	4.216,3	6,6	28.867,3	45,0
Impostos directos	14.468,7	14.468,7	5.818,2	640,1	1,4	4,4	5.844,4	0,4	40,4	640,1	4,4	5.844,4	40,4
Impostos indirectos	21.992,7	22.712,7	10.293,2	1.398,1	-0,5	6,4	9.777,8	-5,0	44,5	1.449,5	6,4	10.113,1	44,5
Contribuições de Segurança Social	17.591,8	17.591,8	8.587,8	1.345,7	-9,9	7,6	8.288,6	-3,5	47,1	1.345,7	7,6	8.288,6	47,1
Outras receitas correntes	7.815,3	9.384,2	3.613,4	678,8	-24,4	8,7	4.015,4	11,1	51,4	781,0	8,3	4.621,2	49,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	84,8	83,2	17,2	6,4	67,7	7,5	31,6	83,6	37,3	6,3	7,6	29,9	35,9
Receita de capital	4.902,0	5.212,2	1.138,1	2.737,2	717,0	55,8	3.371,7	196,2	68,8	2.740,1	52,6	3.404,7	65,3
Venda de bens de investimento	135,8	168,3	25,4	0,0	-100,0	0,0	1,4	-94,4	1,0	0,6	0,4	4,4	2,6
Transferências de Capital	4.302,4	4.532,4	906,5	2.735,1	740,9	63,6	3.198,3	252,8	74,3	2.735,4	60,4	3.222,6	71,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	37,2	20,6	4,6	0,8	11,5	2,3	5,6	20,8	15,0	0,8	4,1	5,6	27,1
Outras receitas de capital	463,8	511,6	206,2	2,2	-65,0	0,5	172,0	-16,6	37,1	4,0	0,8	177,6	34,7
Receita efetiva	66.770,5	69.369,7	29.450,8	6.800,0	42,8	10,2	31.298,0	6,3	46,9	6.956,4	10,0	32.271,9	46,5
Despesa corrente	68.245,4	70.664,4	31.204,1	6.678,0	-11,0	9,8	31.044,8	-0,5	45,5	6.796,2	9,6	32.092,2	45,4
Consumo público	24.229,6	25.971,6	11.588,8	1.905,8	-26,2	7,9	10.229,3	-11,7	42,2	2.003,2	7,7	11.000,9	42,4
Despesas com o pessoal	11.705,4	12.391,4	6.632,0	949,3	-44,4	8,1	5.516,1	-16,8	47,1	1.009,0	8,1	5.847,8	47,2
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	12.524,2	13.580,2	4.956,8	956,5	9,1	7,6	4.713,2	-4,9	37,6	994,1	7,3	5.153,1	37,9
Subsídios	1.538,9	1.568,8	732,0	91,2	-27,0	5,9	545,0	-25,5	35,4	93,6	6,0	558,1	35,6
Juros e outros encargos	7.356,2	8.484,9	3.007,6	2.031,5	-4,6	27,6	3.615,4	20,2	49,1	2.069,3	24,4	3.976,2	46,9
Transferências correntes	35.120,7	34.639,1	15.875,7	2.649,5	-0,6	7,5	16.655,0	4,9	47,4	2.630,1	7,6	16.556,9	47,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	2.466,7	1.961,7	1.009,1	169,6	12,7	6,9	1.057,6	4,8	42,9	145,7	7,4	949,8	48,4
Despesa de capital	3.740,3	5.114,4	2.106,6	121,6	-86,8	3,3	1.490,5	-29,2	39,9	171,8	3,4	1.889,4	36,9
Investimento	973,0	2.762,4	267,8	28,7	-48,5	2,9	193,9	-27,6	19,9	77,9	2,8	942,9	34,1
Transferências de capital	2.738,2	2.322,8	1.807,7	96,9	-88,7	3,5	1.290,0	-28,6	47,1	95,1	4,1	937,2	40,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.777,3	1.362,0	705,2	74,9	11,6	4,2	1.003,6	42,3	56,5	73,2	5,4	650,4	47,8
Outras despesas de capital	29,1	29,1	31,1	-4,0	-129,2	-13,6	6,6	-78,9	22,6	-1,2	-4,1	9,3	32,1
Despesa efetiva	71.985,7	75.778,7	33.310,7	6.799,6	-19,3	9,4	32.535,3	-2,3	45,2	6.968,0	9,2	33.981,7	44,8
Saldo global	-5.215,2	-6.409,0	-3.859,9	0,4			-1.237,2			-11,7		-1.709,7	
Ajustamentos PAEF													
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-99,0	-99,0		-18,3			-34,7			-18,3		-34,7	
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas	1.500,0	1.500,0		234,7			234,7			234,7		234,7	
Fundos de pensões	-2.789,8	-2.789,8		-2.687,1			-2.783,9			-2.687,1		-2.783,9	
Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)	-6.604,0	-7.797,8		-2.470,4			-3.821,2			-2.482,5		-4.293,7	
<i>Por memória:</i>													
Saldo corrente	-6.376,9	-6.506,9	-2.891,5	-2.615,3			-3.118,4			-2.579,9		-3.224,9	
Despesa corrente primária	60.889,3	62.179,5	28.196,5	4.646,5	-13,5	7,6	27.429,4	-2,7	45,0	4.726,8	7,6	28.116,0	45,2
Saldo corrente primário	979,3	1.978,0	116,2	-583,8			496,9			-510,5		751,3	
Saldo de capital	1.161,7	97,9	-968,4	2.615,6			1.881,2			2.568,2		1.515,2	
Despesa primária	64.629,5	67.293,9	30.303,1	4.768,1	-24,3	7,4	28.919,9	-4,6	44,7	4.898,7	7,3	30.005,4	44,6
Saldo primário	2.141,0	2.075,9	-852,3	2.031,9			2.378,1			2.057,7		2.266,5	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	24.452,8	24.153,4	24.153,4	6.240,7			7.707,0			6.243,2		7.691,3	
<i>dos quais Receitas de:</i>													
Alienação de partes de Capital	1.600,0	1.600,1	1.600,1	0,0			160,0			0,0		160,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	30.763,8	31.710,6	31.710,6	-303,1			16.523,3			-205,4		17.009,4	

Fonte: Ministério das Finanças

Notas:

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsector dos serviços e fundos autónomos.

Em 2012, apresenta-se a informação real e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo.

Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Os valores de execução orçamental correspondem aos divulgados no respetivo período (publicação mensal), podendo, em alguns casos, terem ocorrido ajustamentos à posteriori em sede de apuramento definitivo.

		Evolução da Receita, Despesa e Saldo do Estado (valores acumulados)			€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	2.788,5	3.416,8	-628,3	-13,7%	-5,1%
	fevereiro	6.024,3	6.931,3	-907,0	-8,9%	3,7%
	março	7.958,9	10.314,7	-2.355,8	-11,1%	4,9%
	abril	9.657,3	14.509,5	-4.852,2	-16,6%	4,4%
	maio	13.960,0	18.290,7	-4.330,7	-17,8%	4,2%
	junho	16.105,0	23.410,8	-7.305,8	-20,7%	5,4%
	julho	19.114,6	27.685,0	-8.570,4	-18,8%	3,7%
	agosto	22.350,5	31.063,1	-8.712,6	-15,4%	4,1%
	setembro	26.045,7	35.133,4	-9.087,7	-12,8%	5,0%
	outubro	28.072,3	39.746,3	-11.674,0	-14,1%	5,8%
	novembro	30.963,7	44.035,1	-13.071,4	-13,9%	4,6%
	dezembro	34.708,2	48.765,5	-14.057,3	-15,0%	6,0%
2010	janeiro	2.720,0	3.882,4	-1.162,4	-4,4%	13,6%
	fevereiro	5.831,0	7.073,2	-1.242,2	-3,5%	2,0%
	março	7.897,9	10.271,0	-2.373,1	-0,4%	-0,4%
	abril	9.668,4	14.230,3	-4.561,9	0,2%	-1,9%
	maio	14.112,0	18.536,3	-4.424,3	1,3%	1,3%
	junho	16.665,9	24.428,9	-7.763,0	3,5%	4,3%
	julho	19.820,9	28.723,6	-8.902,7	3,6%	3,8%
	agosto	22.723,9	31.913,6	-9.189,7	1,8%	2,7%
	setembro	26.519,7	35.837,4	-9.317,7	1,9%	2,0%
	outubro	28.971,4	40.856,4	-11.885,1	3,2%	2,8%
	novembro	32.242,0	45.181,2	-12.939,2	4,0%	2,6%
	dezembro	36.287,1	50.565,4	-14.278,3	4,5%	3,7%
2011	janeiro	3.128,4	3.915,4	-787,0	14,4%	0,9%
	fevereiro	6.442,0	6.815,6	-373,6	10,0%	-3,6%
	março	8.877,3	9.896,4	-1.019,1	15,0%	-3,6%
	abril	11.265,8	13.804,9	-2.539,1	17,4%	-3,0%
	maio	15.089,6	17.195,5	-2.105,9	6,9%	-7,2%
	junho	17.445,7	23.597,2	-6.151,5	4,8%	-3,4%
	julho	20.662,2	27.349,0	-6.686,8	4,4%	-4,8%
	agosto	23.787,6	30.989,9	-7.202,3	4,8%	-2,9%
	setembro	27.896,7	34.458,2	-6.561,5	5,1%	-3,8%
	outubro	30.484,2	39.384,4	-8.900,2	5,2%	-3,6%
	novembro	34.141,3	44.043,1	-9.901,8	5,9%	-2,5%
	dezembro	41.537,2	48.731,7	-7.194,5	14,5%	-3,6%
2012	janeiro	2.980,6	3.416,6	-436,0	-6,1%	-12,7%
	fevereiro	6.258,9	7.057,5	-798,6	-4,3%	3,5%
	março	8.610,0	10.247,0	-1.637,0	-4,4%	3,5%
	abril	11.103,3	14.162,1	-3.058,8	-2,2%	2,6%
	maio	14.822,6	17.538,5	-2.715,9	-2,3%	2,0%
	junho	19.865,4	23.087,2	-3.221,8	13,2%	-2,2%

Nota: Os valores da receita do Estado correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

		Evolução da Receita, Despesa e Saldo dos Serviços e Fundos Autónomos (valores acumulados)			€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.835,4	1.407,3	428,2	8,7%	9,3%
	fevereiro	3.813,0	3.096,4	716,6	8,1%	7,7%
	março	5.677,9	4.866,3	811,6	5,2%	3,9%
	abril	7.513,0	6.710,6	802,4	2,1%	4,3%
	maio	9.432,2	8.522,3	909,8	1,6%	4,5%
	junho	11.600,6	10.876,0	724,6	5,9%	5,3%
	julho	14.081,9	13.120,9	961,0	5,4%	3,6%
	agosto	15.849,2	15.027,5	821,7	5,4%	4,9%
	setembro	17.719,1	16.910,5	808,6	5,8%	5,3%
	outubro	19.937,4	19.038,4	899,0	6,3%	5,5%
	novembro	22.221,2	21.736,6	484,6	5,1%	5,6%
	dezembro	25.645,0	25.017,0	628,0	5,8%	4,9%
2010	janeiro	1.844,5	1.377,9	466,6	0,5%	-2,1%
	fevereiro	3.594,8	2.992,4	602,3	-5,7%	-3,0%
	março	5.381,0	4.645,9	735,1	-5,2%	-4,3%
	abril	7.107,3	6.297,7	809,6	-5,4%	-6,2%
	maio	8.956,3	7.920,8	1.035,5	-5,1%	-7,1%
	junho	11.011,7	10.169,0	842,8	-5,1%	-6,5%
	julho	13.871,4	12.608,5	1.262,9	-2,3%	-4,7%
	agosto	15.618,2	14.468,6	1.149,6	-2,4%	-4,7%
	setembro	17.486,6	16.469,7	1.016,9	-2,3%	-3,6%
	outubro	19.268,2	18.333,4	934,8	-3,4%	-3,7%
	novembro	21.717,4	21.250,7	466,7	-2,3%	-2,2%
	dezembro	26.526,2	24.431,5	2.094,7	3,4%	-2,3%
2011	janeiro	1.972,0	1.466,7	505,3	6,9%	6,4%
	fevereiro	3.835,6	3.102,8	732,8	6,7%	3,7%
	março	5.699,7	4.828,7	871,0	5,9%	3,9%
	abril	7.495,9	6.505,0	991,0	5,5%	3,3%
	maio	9.525,5	8.447,5	1.078,0	6,4%	6,6%
	junho	11.567,7	10.461,2	1.106,4	5,0%	2,9%
	julho	13.788,5	12.804,1	984,3	-0,6%	1,6%
	agosto	15.859,1	14.665,2	1.193,9	1,5%	1,4%
	setembro	17.587,2	16.429,7	1.157,5	0,6%	-0,2%
	outubro	19.633,8	18.321,2	1.312,7	1,9%	-0,1%
	novembro	21.972,9	20.931,8	1.041,2	1,2%	-1,5%
	dezembro	24.429,8	23.527,3	902,5	-7,9%	-3,7%
2012	janeiro	1.803,2	1.406,1	397,1	-8,9%	-4,6%
	fevereiro	3.849,4	3.014,4	835,0	0,4%	-2,5%
	março	5.621,9	4.677,6	944,2	-1,4%	-3,1%
	abril	7.383,6	6.340,6	1.043,0	-1,9%	-3,0%
	maio	9.272,3	8.109,3	1.163,1	-2,7%	-4,0%
	junho	11.647,6	9.936,9	1.710,7	0,5%	-5,1%

Notas: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores de 2012 não incluem a execução orçamental das EPR

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo das Entidades Públicas Reclassificadas (valores acumulados) € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2012	janeiro	363,7	226,4	137,3	-	-
	fevereiro	729,9	640,7	89,2	-	-
	março	888,7	956,9	-68,1	-	-
	abril	1.049,9	1.209,1	-159,2	-	-
	maio	1.254,6	1.715,0	-460,5	-	-
	junho	1.433,9	1.906,4	-472,5	-	-

Notas: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Segurança Social (valores acumulados) € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.926,4	1.541,6	384,8	-3,5%	8,1%
	fevereiro	3.710,7	3.105,0	605,7	1,8%	5,3%
	março	5.389,3	4.684,9	704,5	1,8%	6,7%
	abril	7.235,4	6.351,0	884,4	0,5%	8,6%
	maio	9.122,5	8.018,3	1.104,2	2,8%	9,7%
	junho	10.933,3	9.754,6	1.178,7	2,7%	10,6%
	julho	12.876,9	12.410,4	466,5	2,8%	10,1%
	agosto	14.762,8	14.134,7	628,1	2,9%	10,3%
	setembro	16.879,9	15.878,0	1.001,9	5,3%	10,9%
	outubro	18.666,8	17.667,8	999,0	4,7%	11,0%
	novembro	20.569,0	19.471,9	1.097,1	5,5%	10,8%
	dezembro	22.849,1	22.269,7	579,4	5,5%	11,1%
2010	janeiro	1.981,8	1.617,6	364,2	2,8%	4,8%
	fevereiro	3.720,4	3.310,9	409,5	0,4%	6,6%
	março	5.570,6	5.068,0	502,6	3,4%	8,2%
	abril	7.451,1	6.975,0	476,1	3,0%	9,7%
	maio	9.503,6	8.783,6	720,0	4,2%	9,5%
	junho	11.484,1	10.535,9	948,2	5,0%	8,0%
	julho	13.808,6	13.334,5	474,1	7,2%	7,4%
	agosto	15.765,1	15.104,6	660,5	6,8%	6,9%
	setembro	17.725,4	16.838,5	886,9	5,0%	6,0%
	outubro	19.600,1	18.601,2	998,9	5,0%	5,3%
	novembro	21.586,4	20.382,3	1.204,1	4,9%	4,7%
	dezembro	23.836,2	23.185,3	651,0	4,3%	4,1%
2011	janeiro	1.994,8	1.684,3	310,5	0,7%	4,1%
	fevereiro	3.852,9	3.371,5	481,4	3,5%	1,8%
	março	5.746,6	5.167,0	579,7	3,1%	1,9%
	abril	7.632,5	6.906,1	726,4	2,4%	-1,0%
	maio	9.505,6	8.762,4	743,2	0,0%	-0,3%
	junho	11.648,7	10.567,6	1.081,1	1,4%	0,3%
	julho	13.634,4	13.333,7	300,7	-1,3%	0,0%
	agosto	15.810,3	15.076,2	734,1	0,3%	-0,2%
	setembro	17.635,3	16.831,6	803,7	-0,5%	0,0%
	outubro	19.602,8	18.563,9	1.038,9	0,0%	-0,2%
	novembro	21.327,9	20.364,8	963,1	-1,2%	-0,1%
	dezembro	23.537,6	23.108,3	429,3	0,0	0,0
2012	janeiro	2.016,9	1.788,0	228,9	1,2%	6,2%
	fevereiro	4.056,7	3.643,3	413,4	5,3%	8,1%
	março	5.806,4	5.528,2	278,2	1,1%	7,1%
	abril	7.697,4	7.422,1	275,3	0,9%	7,5%
	maio	9.598,7	9.283,4	315,3	1,0%	6,0%
	junho	11.429,8	11.156,0	273,8	-1,8%	5,6%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Local (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	I TR	1.168,5	1.148,8	19,7	16,7%	23,3%
	II TR	2.777,8	2.736,7	41,1	18,4%	23,2%
	III TR	4.133,2	4.375,2	-242,0	18,8%	27,7%
	IV TR	5.723,5	6.248,8	-525,2	15,4%	20,3%
2010	I TR	1.118,7	1.113,1	5,6	-4,3%	-3,1%
	II TR	2.785,7	2.661,3	124,5	0,3%	-2,8%
	III TR	4.165,5	4.039,0	126,5	0,8%	-7,7%
	IV TR	5.890,7	5.852,9	37,9	2,9%	-6,3%
2011	I TR	1.174,6	1.142,7	31,9	5,0%	2,7%
	II TR	2.821,0	2.644,0	177,0	1,3%	-0,6%
	III TR	4.101,8	3.952,3	149,5	-1,5%	-2,1%
	IV TR	5.823,5	5.661,5	162,0	-1,1%	-3,3%
2012	janeiro	370,6	323,6	47,0	-	-
	fevereiro	719,6	678,6	41,1	-	-
	março	1.096,1	1.066,5	29,6	-6,7%	-6,7%
	abril	1.481,9	1.441,1	32,4	-	-
	maio	2.323,5	1.994,9	252,6	-	-
	junho	2.713,8	2.478,3	235,5	-3,8%	-6,3%

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL (2011 e 2010), DOMUS - DGO (2008 e 2009); Universo comparável: 245 municípios.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Regional (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	404,4	375,2	29,1	-4,9%	0,4%
	II TR	937,0	919,1	17,9	-5,6%	1,9%
	III TR	1.417,7	1.636,5	-218,8	-1,8%	18,4%
	IV TR	2.115,8	2.287,2	-171,4	-2,2%	5,5%
2009	I TR	397,5	386,9	10,6	-1,7%	3,1%
	II TR	865,5	960,6	-95,2	-7,6%	4,5%
	III TR	1.342,5	1.461,1	-118,6	-5,3%	-10,7%
	IV TR	2.001,8	2.148,8	-147,0	-5,4%	-6,1%
2010	I TR	406,3	430,7	-24,4	2,2%	11,3%
	II TR	869,9	951,0	-81,2	0,5%	-1,0%
	III TR	1.404,4	1.451,0	-46,7	4,6%	-0,7%
	IV TR	2.144,8	2.276,2	-131,4	7,1%	5,9%
2011	janeiro	210,8	121,2	89,6	-	-
	fevereiro	322,9	253,2	69,7	-	-
	março	436,2	424,5	11,6	7,3%	-1,4%
	abril	703,6	570,5	133,1	-	-
	maio	819,0	779,3	39,7	-	-
	junho	937,9	977,8	-39,9	7,8%	2,8%
	julho	1.202,9	1.174,8	28,1	-	-
	agosto	1.349,3	1.345,6	3,7	-	-
	setembro	1.511,7	1.530,2	-18,5	7,6%	5,5%
	outubro	1.727,9	1.688,1	39,8	-	-
	novembro	1.887,3	1.893,7	-6,5	-	-
	dezembro	2.112,9	2.131,9	-19,0	-1,5%	-6,3%
2012	janeiro	170,6	130,6	40,1	-19,0%	7,8%
	fevereiro	283,8	267,6	16,2	-12,1%	5,7%
	março	418,0	398,7	19,3	-4,2%	-6,1%
	abril	624,5	547,1	77,4	-11,2%	-4,1%
	maio	787,3	790,0	-2,7	-3,9%	1,4%
	junho	896,1	984,2	-88,1	-4,5%	0,6%

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores.

Execução Orçamental do Estado

Execução Orçamental do Estado (janeiro a junho)

€ Milhões

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
Receita corrente	17.306,9	16.924,5	-2,2	-2,2
Receitas fiscais	15.530,9	15.045,6	-3,1	-2,8
Impostos diretos	5.798,6	5.822,1	0,4	0,1
Impostos indiretos	9.732,3	9.223,5	-5,2	-2,9
Outras receitas correntes	1.776,0	1.878,9	5,8	0,6
Receita de capital	240,9	2.940,9	1.120,8	15,4
Receita efetiva	17.547,8	19.865,4	13,2	
Despesa corrente	21.904,1	21.837,5	-0,3	-0,3
Despesas com o pessoal	5.089,6	4.228,3	-16,9	-3,7
Aquisição de bens e serviços	718,6	603,8	-16,0	-0,5
Juros e outros encargos	3.001,6	3.598,9	19,9	2,5
Transferências correntes	12.718,7	13.118,1	3,1	1,7
Administrações Públicas	11.219,1	11.691,6	4,2	2,0
Outras	1.499,7	1.426,6	-4,9	-0,3
Subsídios	115,8	32,7	-71,8	-0,4
Outras despesas correntes	259,7	255,7	-1,5	0,0
Despesa de capital	1.693,1	1.249,8	-26,2	-1,9
Investimento	158,9	79,8	-49,7	-0,3
Transferências de capital	1.527,1	1.164,2	-23,8	-1,5
Administrações Públicas	879,9	1.101,2	25,2	0,9
Outras	647,2	63,0	-90,3	-2,5
Outras despesas de capital	7,1	5,7	-19,5	0,0
Despesa efetiva	23.597,2	23.087,2	-2,2	
Saldo global	-6.049,4	-3.221,8		
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-4.597,2	-4.913,0		
Saldo de capital	-1.452,2	1.691,1		
Saldo primário	-3.047,7	377,0		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.931,9	7.577,0		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	10.696,5	16.514,4		

Fonte: Ministério das Finanças

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Receita do Estado

Receita do Estado (janeiro a junho)

	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)	
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012
Receita fiscal	35.135,5	15.530,9	15.045,6	45,2	42,8	5,8	-3,1	5,1	-2,8
Impostos Diretos	14.449,0	5.798,6	5.822,1	39,7	40,3	2,7	0,4	0,9	0,1
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	9.539,9	3.273,1	3.648,7	31,4	38,2	3,5	11,5	0,7	2,1
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.859,1	2.478,6	2.075,6	59,3	42,7	-0,1	-16,3	0,0	-2,3
Outros	50,0	46,9	97,8	418,8	195,6	1.167,6	108,5	0,3	0,3
Impostos Indiretos	20.686,5	9.732,3	9.223,5	49,2	44,6	7,8	-5,2	4,2	-2,9
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.261,0	1.153,6	1.064,6	48,2	47,1	-2,5	-7,7	-0,2	-0,5
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.503,0	6.680,6	6.561,2	50,3	45,2	14,7	-1,8	5,1	-0,7
Imposto sobre Veículos (ISV)	586,0	370,0	199,8	46,8	34,1	-10,6	-46,0	-0,3	-1,0
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.482,6	581,7	499,7	43,1	33,7	-7,0	-14,1	-0,3	-0,5
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	211,0	78,2	75,5	40,3	35,8	-3,2	-3,5	0,0	0,0
Imposto do selo	1.397,0	757,5	702,9	49,8	50,3	-4,5	-7,2	-0,2	-0,3
Imposto Único de Circulação (IUC)	187,0	85,6	93,4	53,5	49,9	15,1	9,1	0,1	0,0
Outros	58,9	25,1	26,4	32,9	44,8	-20,1	5,2	0,0	0,0
Receita não fiscal	6.910,8	2.016,9	4.819,8	36,6	69,7	2,1	139,0	0,3	16,0
Correntes	3.570,2	1.776,0	1.878,9	41,8	52,6	7,7	5,8	0,8	0,6
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	529,7	218,2	239,7	37,3	45,3	102,2	9,9	0,7	0,1
Comparticipações para a ADSE	510,8	211,3	227,9	37,6	44,6	106,5	7,9	0,7	0,1
Outros	18,9	6,9	11,8	30,1	62,4	23,2	71,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	674,0	328,6	349,9	46,3	51,9	41,0	6,5	0,6	0,1
Taxas	374,3	161,4	166,4	39,8	44,5	37,8	3,1	0,3	0,0
Juros de mora e compensatórios	84,5	67,3	54,3	61,7	64,3	27,5	-19,3	0,1	-0,1
Multas do Código da Estrada	90,6	41,1	47,1	71,0	52,0	722,0	14,6	0,2	0,0
Outras multas e penalidades diversas	124,6	58,8	82,1	42,7	65,9	1,2	39,6	0,0	0,1
Rendimentos da Propriedade	457,9	180,7	172,6	44,7	37,7	-60,3	-4,5	-1,7	0,0
Juros	403,1	1,9	145,5	4,7	36,1	-36,7	7.557,9	0,0	0,8
Dividendos e participações nos lucros	52,4	177,3	26,3	49,0	50,2	-60,8	-85,2	-1,6	-0,9
Outros	2,4	1,5	0,8	75,0	33,3	114,3	-46,7	0,0	0,0
Transferências Correntes	956,9	468,8	427,8	29,0	44,7	10,2	-8,7	0,3	-0,2
Administrações públicas	838,0	441,7	386,4	30,1	46,1	28,4	-12,5	0,6	-0,3
Exterior	98,4	20,6	35,3	16,2	35,9	-72,8	71,4	-0,3	0,1
Outros	20,5	6,5	6,1	29,8	29,8	16,1	-6,2	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	407,2	215,4	246,1	54,0	60,4	11,5	14,3	0,1	0,2
Outras Receitas Correntes	304,2	229,2	317,9	80,4	104,5	195,0	38,7	0,9	0,5
Prémios e taxas por garantias de riscos	122,7	59,9	151,6	101,2	123,6	21,0	153,1	0,1	0,5
Outros	181,5	169,3	166,3	75,0	91,6	500,4	-1,8	0,8	0,0
Recursos Próprios Comunitários	170,2	82,0	82,6	46,4	48,5	-2,6	0,7	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	70,1	53,1	42,3	72,7	60,3	-26,5	-20,3	-0,1	-0,1
Capital	3.340,6	240,9	2.940,9	19,1	88,0	-26,1	1.120,8	-0,5	15,4
Venda de Bens de Investimento	96,5	10,7	-1,3	2,7	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	2.802,5	33,9	2.774,8	25,7	99,0	-27,1	8.085,3	-0,1	15,6
Administrações públicas	17,3	14,6	39,8	83,0	230,1	11,5	172,6	0,0	0,1
Exterior	92,2	11,6	47,4	10,2	51,4	-61,7	308,6	-0,1	0,2
Outros	2.693,0	7,7	2.687,6	-	99,8	148,4	34.803,9	0,0	15,3
Outras Receitas de Capital	276,1	48,6	6,5	9,1	2,4	8.000,0	-86,6	0,3	-0,2
Saldo da Gerência Anterior	165,5	147,7	160,9	75,9	97,2	-49,7	8,9	-0,9	0,1
Receita efetiva	42.046,3	17.547,8	19.865,4	44,0	47,2	5,4	13,2		
<i>Por memória:</i>									
Ativos Financeiros	1.625,0	4,1	185,0						
Alienação de partes sociais de empresas	1.600,0	0,0	160,0						
Outros ativos	25,0	4,1	25,0						
Passivos Financeiros	152.879,3	67.761,9	68.259,3						

Notas: Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR), sendo provisórios até ao encerramento das respectivas Contas Gerais do Estado.

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classificação Económica

Despesa do Estado, por Classificação Económica (janeiro a junho)

Por memória:

	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	2011		2012		VH (%)		Contrib. VH (pp)		Despesa de anos anteriores	
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012	2011	2012
		2011	2012	2011	2012						
Despesa corrente	45.643,7	21.904,1	21.837,5	46,9	47,9	-5,6	-0,3	-5,4	-0,3	114,5	103,5
Despesas com o pessoal	8.813,3	5.089,6	4.228,3	48,8	48,0	-8,0	-16,9	-1,8	-3,7	39,6	25,0
Remunerações Certas e Permanentes	6.831,2	3.959,4	3.267,8	50,1	47,8	-6,6	-17,5	-1,2	-2,9	7,6	4,4
Abonos Variáveis ou Eventuais	417,3	205,2	172,0	44,4	41,2	-14,4	-16,2	-0,1	-0,1	5,2	6,6
Segurança social	1.564,8	925,0	788,5	44,9	50,4	-12,1	-14,8	-0,5	-0,6	26,8	14,0
Aquisição de bens e serviços correntes	1.890,9	718,6	603,8	34,5	31,9	43,8	-16,0	0,9	-0,5	42,9	29,4
Juros e outros encargos	7.329,8	3.001,6	3.598,9	47,1	49,1	0,7	19,9	0,1	2,5		
Transferências correntes	26.498,0	12.718,7	13.118,1	48,1	49,5	-7,7	3,1	-4,4	1,7	31,2	48,6
Administrações Públicas	24.087,6	11.219,1	11.691,6	47,6	48,6	-8,1	4,2	-4,1	2,0	5,7	7,2
Administração Central	15.264,1	6.897,9	7.295,2	46,4	47,8	-5,7	5,8	-1,7	1,7		
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-		
Administração Local	1.796,4	952,6	890,3	49,9	49,6	-7,1	-6,5	-0,3	-0,3	5,7	7,2
Segurança Social	7.027,2	3.368,6	3.506,1	49,8	49,9	-13,0	4,1	-2,1	0,6		
Outras transferências correntes	2.410,4	1.499,7	1.426,6	51,6	59,2	-4,8	-4,9	-0,3	-0,3	25,5	41,3
Subsídios	304,1	115,8	32,7	18,7	10,7	-42,0	-71,8	-0,3	-0,4	0,0	0,0
Outras despesas correntes	807,6	259,7	255,7	36,5	31,7	20,0	-1,5	0,2	0,0	0,7	0,5
Despesa corrente primária	38.313,9	18.902,5	18.238,6	46,9	47,6	-6,6	-3,5	-5,5	-2,8	114,5	103,5
Despesa de capital	2.678,0	1.693,1	1.249,8	48,6	46,7	39,4	-26,2	2,0	-1,9	7,2	18,8
Investimento	496,2	158,9	79,8	23,3	16,1	1,6	-49,7	0,0	-0,3	7,1	14,8
Transferências de capital	2.171,9	1.527,1	1.164,2	54,9	53,6	45,6	-23,8	2,0	-1,5	0,1	3,9
Administrações Públicas	1.978,9	879,9	1.101,2	48,3	55,6	-10,0	25,2	-0,4	0,9	0,0	3,6
Administração Central	665,9	194,7	456,8	44,0	68,6	-27,8	134,6	-0,3	1,1		
Administração Regional	565,8	300,0	282,7	50,0	50,0	6,7	-5,8	0,1	-0,1		
Administração Local	741,8	384,0	360,6	49,7	48,6	-9,9	-6,1	-0,2	-0,1	0,0	3,6
Segurança Social	5,5	1,1	1,1	17,2	19,4	38,6	-4,4	0,0	0,0		
Outras transferências de capital	193,0	647,2	63,0	67,2	32,6	808,3	-90,3	2,4	-2,5	0,1	0,3
Outras despesas de capital	9,8	7,1	5,7	40,3	57,9	-19,8	-19,5	0,0	0,0	0,0	
Despesa primária	40.991,8	20.595,5	19.488,4	47,0	47,6	-4,0	-5,4	-3,5	-4,7	121,7	122,3
Despesa efetiva	48.321,6	23.597,2	23.087,2	47,0	47,8	-3,4	-2,2			121,7	122,3
<i>Por memória:</i>											
Ativos financeiros	24.164,8	1.936,0	7.602,0								
Passivos financeiros	122.250,0	57.065,4	51.744,9								
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública	1.600,0		760,0								

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classificação Funcional

Despesa do Estado, por classificação funcional (janeiro a junho)

	2011	2012	2011	2012
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
Funções Gerais de Soberania	3.126,1	2.578,5	13,2	11,2
Serviços Gerais da Administração Pública	864,1	677,9	3,7	2,9
Defesa Nacional	833,3	650,3	3,5	2,8
Segurança e Ordem Públicas	1.428,7	1.250,4	6,1	5,4
Funções Sociais	14.088,8	14.148,2	59,7	61,3
Educação	4.014,9	3.340,6	17,0	14,5
Saúde	4.458,2	4.620,6	18,9	20,0
Segurança e Acção Sociais	5.368,7	5.718,7	22,8	24,8
Habituação e Serviços Colectivos	104,0	65,5	0,4	0,3
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	143,0	402,8	0,6	1,7
Funções Económicas	943,4	298,8	4,0	1,3
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	207,1	196,8	0,9	0,9
Indústria e Energia	0,0		0,0	
Transportes e Comunicações	652,6	43,2	2,8	0,2
Comércio e Turismo				
Outras Funções Económicas	83,7	58,8	0,4	0,3
Outras Funções	5.438,8	6.061,7	23,0	26,3
Operações da Dívida Pública	3.001,1	3.584,6	12,7	15,5
Transferências entre Administrações Públicas	2.437,8	2.477,0	10,3	10,7
Diversas não especificadas		0,1		0,0
Despesa Efetiva	23.597,2	23.087,2	100,0	100,0
<i>Por memória:</i>				
Ativos financeiros	1.936,0	7.602,0		
Funções Gerais de Soberania	1.936,0	6.238,4		
Funções Sociais		90,3		
Funções Económicas		1.273,3		
Passivos financeiros e transferências para o FRDP	57.065,4	52.504,9		
Outras Funções	57.065,4	52.504,9		

Nota: FRDP - Fundo de Regularização da Dívida Pública

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação
Económica (Janeiro a junho)

Milhões de Euros													
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	785,9	88,8	7.435,7	156,7	667,5	762,2	504,6	58,0	193,8	4.351,8	3.335,2	3.497,4	21.837,5
Despesas com o pessoal	18,4	41,5	206,9	63,1	540,3	686,5	433,1	36,1	72,7	22,7	2.099,5	7,4	4.228,3
Remunerações Certas e Permanentes	15,4	34,3	146,5	37,5	339,8	473,2	340,3	29,4	60,1	18,9	1.766,3	6,2	3.267,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,6	0,6	28,7	19,6	38,7	32,4	36,4	1,2	1,4	0,8	11,4	0,2	172,0
Segurança social	2,4	6,6	31,8	6,0	161,8	180,9	56,4	5,5	11,2	3,0	321,7	1,1	788,5
Aquisição de bens e serviços correntes	1,2	8,7	252,4	15,3	120,4	66,3	68,0	7,8	11,6	12,3	39,0	0,9	603,8
Aquisição de bens	0,1	0,7	2,0	0,1	35,5	16,6	21,6	0,9	1,6	0,7	28,7	0,1	108,7
Aquisição de serviços	1,1	7,9	250,4	15,1	84,9	49,7	46,4	6,9	9,9	11,6	10,3	0,8	495,0
Juros e outros encargos	0,0	0,0	3.598,5		0,0	0,3		0,0	0,0	0,0			3.598,9
Transferências correntes	766,3	36,9	3.345,4	71,5	6,4	9,0	3,0	14,0	109,0	4.316,8	950,8	3.489,1	13.118,1
Administrações Públicas	766,0	25,9	2.225,3	14,8	2,7	7,7	1,8	13,5	106,3	4.315,9	723,3	3.488,4	11.691,6
Administração Central	47,0	25,9	2.218,3	14,8	2,7	7,1	1,8	13,5	105,8	4.315,9	542,3	0,2	7.295,2
Administração Regional													
Administração Local	719,0	0,0				0,6			0,4				890,3
Segurança Social			7,0		0,0						10,9	3.488,2	3.506,1
Outras transferências correntes	0,3	11,0	1.120,1	56,7	3,6	1,3	1,2	0,5	2,8	0,9	227,5	0,7	1.426,6
Subsídios		1,5	31,2										32,7
Outras despesas correntes	0,0	0,2	1,4	6,8	0,4	0,1	0,5	0,1	0,4	0,0	245,8	0,0	255,7
Despesa de capital	637,3	5,3	408,5	0,2	15,8	7,7	1,7	12,3	42,6	2,8	114,4	1,1	1.249,8
Investimento	0,0	2,4	0,8	0,2	15,7	6,9	1,7	0,3	20,8	0,1	30,9	0,1	79,8
Transferências de capital	637,3	3,0	407,7		0,1	0,8		12,0	21,8	2,7	77,9	1,1	1.164,2
Administrações Públicas	637,3	2,0	348,2		0,1	0,8		9,9	21,8	2,7	77,4	1,1	1.101,2
Administração Central	2,0	1,6	348,2		0,1	0,2		9,9	21,8	2,7	70,2		456,8
Administração Regional	282,7												282,7
Administração Local	352,5	0,4				0,6					7,2		360,6
Segurança Social												1,1	1,1
Outras transferências de capital		1,0	59,5					2,1	0,0		0,5		63,0
Outras despesas de capital											5,7		5,7
Despesa efetiva	1.423,2	94,1	7.844,1	156,9	683,3	769,9	506,3	70,3	236,4	4.354,6	3.449,6	3.498,6	23.087,2
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros			7.602,0										7.602,0
Passivos financeiros			51.744,9										51.744,9
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública			760,0										760,0

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação
Econômica (janeiro a junho)

	VH (%)												TOTAL
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	
Despesa corrente	-7,3	-42,0	11,3	-5,6	-20,4	-10,4	-13,9	-25,6	-7,4	6,2	-17,1	3,7	-0,3
Despesas com o pessoal	-13,9	-45,2	-23,7	-20,1	-18,2	-5,4	-13,5	-18,6	-16,0	-15,4	-18,9	-23,3	-16,9
Remunerações Certas e Permanentes	-15,0	-48,5	-15,5	-20,5	-19,0	-9,1	-15,6	-18,3	-16,5	-14,7	-18,7	-22,8	-17,5
Abonos Variáveis ou Eventuais	-20,3	-62,0	-12,9	-18,8	-29,8	-3,6	-2,8	-36,1	-33,9	-0,2	-21,5	-55,1	-16,2
Segurança social	-4,1	-13,2	-51,1	-22,1	-13,0	5,5	-5,8	-15,4	-10,1	-22,3	-19,7	-17,4	-14,8
Aquisição de bens e serviços correntes	-14,9	-53,9	-7,3	-17,5	-27,4	-13,4	-15,5	-30,7	-31,4	-39,5	11,1	-22,8	-16,0
Aquisição de bens	-26,2	-74,6	-58,6	-69,3	-50,5	-16,7	-8,9	-20,8	-43,4	-57,1	30,4	-32,8	-28,2
Aquisição de serviços	-13,6	-50,0	-6,4	-16,3	-9,8	-12,3	-18,2	-31,8	-29,0	-38,0	-21,4	-21,6	-12,7
Juros e outros encargos	5,7	-	19,9	-100,0	-	1.145,5	-	-99,8	-72,6	73,0	-	-	19,9
Transferências correntes	-7,1	-34,5	10,8	17,8	-47,6	-79,4	-34,3	-36,8	3,4	6,5	-17,8	3,8	3,1
Administrações Públicas	-7,1	-26,0	11,3	-26,6	-34,9	-81,5	511,8	-34,5	6,2	6,6	-5,3	3,8	4,2
Administração Central	-19,8	-26,0	11,4	-26,6	-35,2	-80,0	511,8	-34,5	6,8	6,6	-7,2	-25,6	5,8
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local	-6,2	-4,2	-	-	-	-89,9	-	-	-30,5	-	-5,2	-	-6,5
Segurança Social	-	-	-8,5	-	272,8	-	-	-	-100,0	-	-	3,8	4,1
Outras transferências correntes	2,2	-48,5	9,8	39,9	-54,2	-31,5	-71,1	-66,9	-48,0	-69,2	-42,1	-35,8	-4,9
Subsídios	-100,0	-28,3	-72,6	-100,0	-	-	-	-	-	-	-100,0	-	-71,8
Outras despesas correntes	19,4	79,7	12,0	-9,2	33,3	-97,4	19,7	-67,3	41,7	-0,2	0,2	-89,9	-1,5
Despesa de capital	-6,5	-24,8	-35,8	-88,2	-79,1	-54,0	-54,0	-72,4	-25,1	-52,7	-29,3	-14,5	-26,2
Investimento	-75,4	-38,9	-92,9	-88,0	-78,9	-53,4	-53,9	-40,7	25,4	-81,5	-2,6	-63,5	-49,7
Transferências de capital	-6,5	-7,7	-34,8	-100,0	-94,5	-58,5	-100,0	-72,9	-45,8	-51,3	-36,7	-4,4	-23,8
Administrações Públicas	-6,5	52,0	2.053.948,0	-100,0	-94,5	-58,1	-	-61,6	-45,3	-51,3	-36,4	-4,4	25,2
Administração Central	-43,2	41,4	2.053.948,0	-100,0	-94,5	-48,7	-	-61,6	-44,9	-51,3	-40,3	-	134,6
Administração Regional	-5,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-5,8
Administração Local	-6,8	129,2	-	-	-	-60,6	-	-	-100,0	-	76,8	-	-6,1
Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-4,4	-4,4
Outras transferências de capital	-	-49,2	-90,5	-	-	-100,0	-100,0	-88,6	-94,4	-	-64,6	-	-90,3
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-19,5	-	-19,5
Despesa efetiva	-7,0	-41,3	7,2	-6,4	-25,3	-11,2	-14,2	-42,7	-11,2	6,1	-17,6	3,7	-2,2
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros													
Passivos financeiros													
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública													

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Programas Orçamentais -Administração Central

Execução dos Programas Orçamentais (janeiro a junho) (1)

€ Milhões

Designação	2012		Grau de Execução (%)
	Dotação Corrigida	Executado	
Orgãos de Soberania	2.977,9	1.477,6	49,6
Governança e Cultura	808,0	308,0	38,1
Finanças e Administração Pública	17.188,3	8.239,6	47,9
Gestão da Dívida Pública	7.378,5	3.621,2	49,1
Representação Externa	371,6	177,8	47,8
Defesa	2.132,0	741,5	34,8
Segurança Interna	2.020,6	826,5	40,9
Justiça	1.717,7	718,5	41,8
Economia e Emprego	4.268,9	1.669,6	39,1
Agricultura, Mar e Ambiente	2.094,1	660,9	31,6
Saúde	18.928,6	8.355,9	44,1
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6.256,4	3.122,4	49,9
Ciência e Ensino Superior	3.366,7	1.516,4	45,0
Solidariedade e Segurança Social	7.304,6	3.619,7	49,6
Despesa efetiva	76.813,9	35.055,6	45,6

Nota: (1) Valores não consolidados - não são excluídas transferências intra e inter-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

Execução Orçamental Consolidada dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a junho)

	2012		2010	2011	2012			2011		2012			SFA	SFA
	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA e EPR	SFA	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA	EPR	TOTAL			
	Milhões de Euros							Grau de Execução (%)				VH %	Contrib. VH (pp)	
Receita corrente	22.945,9	25.655,5	10.529,5	10.489,1	11.080,8	1.050,5	12.089,9	43,2	48,3	37,6	47,1	5,6	5,1	
Impostos diretos	19,7	19,7	20,5	19,6	22,3	0,0	22,3	100,0	113,1	-	113,1	13,6	0,0	
Impostos indiretos	357,5	1.077,5	204,7	203,3	195,0	335,2	530,2	52,5	54,5	46,6	49,2	-4,1	-0,1	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.470,0	3.470,0	1.699,7	1.741,4	1.664,3	0,0	1.664,3	42,0	48,0	-	48,0	-4,4	-0,7	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.353,5	1.730,6	426,2	611,7	890,6	121,8	1.012,3	40,2	65,8	32,2	58,5	45,6	2,4	
Transferências Correntes	16.598,8	17.391,0	7.831,8	7.482,2	7.838,2	319,2	8.112,9	44,8	52,5	40,3	46,7	4,8	3,1	
Outros subsectores das Administrações Públicas	15.965,7	16.382,0	7.643,5	7.276,6	7.631,2	149,1	7.735,7	45,3	47,8	35,8	47,2	4,9	3,1	
União Europeia	486,3	850,7	115,7	130,0	125,5	167,8	293,3	28,3	25,8	46,0	34,5	-3,5	0,0	
Outras transferências	146,8	158,3	72,5	75,6	81,6	2,3	83,9	41,9	55,6	20,2	53,0	8,0	0,1	
Outras Receitas Correntes	1.146,4	1.966,6	346,6	430,9	470,5	274,3	747,9	28,6	41,0	30,4	38,0	9,2	0,3	
Receita de capital	1.816,8	2.531,9	482,2	1.095,0	566,8	383,4	950,2	54,0	31,2	52,9	37,5	-48,2	-4,6	
Venda de bens de investimento	19,3	51,8	1,6	13,1	1,2	3,0	4,2	19,7	6,3	9,3	8,2	-90,8	-0,1	
Transferências de capital	1.795,2	2.458,0	480,3	1.081,7	565,5	379,5	940,9	55,3	33,3	57,3	38,3	-47,7	-4,5	
Outros subsectores das Administrações Públicas	332,7	727,4	270,4	199,1	107,8	355,2	458,9	40,9	32,4	90,0	63,1	-45,8	-0,8	
União Europeia	881,0	1.149,1	196,2	281,2	353,3	23,3	376,6	33,8	40,1	8,7	32,8	25,6	0,6	
Outras transferências	581,5	581,5	13,7	601,4	104,5	1,0	105,5	94,2	18,0	-	18,1	-82,6	-4,3	
Outras Receitas de Capital	2,3	22,1	0,4	0,1	0,1	0,9	5,1	4,3	0,1	3,0	22,9	-31,6	0,0	
Receita efetiva	24.762,7	28.187,3	11.011,7	11.584,0	11.647,6	1.433,9	13.040,1	44,0	47,0	40,8	46,3	0,5	0,5	
Despesa corrente	22.546,7	25.385,9	9.680,5	9.888,2	9.584,6	1.157,0	10.700,3	41,0	42,5	39,6	42,2	-3,1	-2,9	
Despesas com o pessoal	2.597,3	3.283,4	1.200,1	1.387,5	1.161,8	331,7	1.493,6	44,3	44,7	48,4	45,5	-16,3	-2,2	
Aquisição de bens e serviços	9.395,5	10.189,8	3.932,7	3.859,2	3.726,0	301,3	4.027,3	42,9	39,7	37,9	39,5	-3,5	-1,3	
Juros e outros encargos	19,0	1.147,6	5,1	4,8	15,2	360,9	376,1	11,4	80,2	32,0	32,8	219,0	0,1	
Transferências correntes	9.594,7	9.617,8	4.164,9	4.429,8	4.477,7	11,7	4.475,5	39,7	46,7	50,5	46,5	1,1	0,5	
Outros subsectores das Administrações Públicas	706,5	706,5	139,8	303,4	271,0	2,0	259,0	24,9	38,4	-	36,7	-10,7	-0,3	
Outras transferências	8.888,2	8.911,4	4.025,1	4.126,4	4.206,7	9,7	4.216,4	41,5	47,3	42,0	47,3	1,9	0,8	
Subsídios	619,5	649,3	255,2	185,5	148,4	13,1	161,5	26,8	23,9	43,9	24,9	-20,0	-0,4	
Outras despesas correntes	320,6	497,9	122,5	21,3	55,5	138,4	166,4	17,1	17,3	52,9	33,4	160,0	0,3	
Despesa de capital	1.218,8	2.998,1	488,5	587,4	352,3	749,4	1.101,6	29,9	28,9	41,9	36,7	-40,0	-2,2	
Investimento	451,3	2.240,7	72,3	103,3	102,4	748,9	851,3	14,1	22,7	41,9	38,0	-1,0	0,0	
Transferências de capital	738,1	738,1	364,4	460,8	249,8	0,4	250,2	38,3	33,8	-	33,9	-45,8	-2,0	
Outros subsectores das Administrações Públicas	69,8	69,8	39,6	26,5	41,7	0,0	41,7	22,5	59,8	-	59,8	57,7	0,1	
Outras transferências	668,3	668,3	324,7	434,4	208,1	0,4	208,5	40,0	31,1	-	31,2	-52,1	-2,2	
Outras despesas de capital	29,5	19,3	51,9	23,3	0,1	0,0	0,1	76,5	0,3	-	0,5	-99,6	-0,2	
Despesa efetiva	23.765,5	28.384,0	10.169,0	10.475,6	9.936,9	1.906,4	11.801,9	40,1	41,8	40,4	41,6	-5,1	-5,1	
Saldo global	997,2	-196,6	842,8	1.108,4	1.710,7	-472,5	1.238,3							
<i>Por memória:</i>														
Despesas de anos anteriores			708,7	950,8	761,6	258,5	1.020,1							
Despesa primária	23.746,6	27.236,3	10.163,9	10.470,9	9.921,7	1.545,5	11.425,8							
Saldo primário	1.016,2	951,0	847,8	1.113,2	1.726,0	-111,6	1.614,3							
Saldo corrente	399,3	269,6	849,0	600,9	1.496,2	-106,5	1.389,7							
Saldo de capital	597,9	-466,2	-6,3	507,5	214,6	-366,0	-151,4							
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.099,0	799,9	-4,9	678,5	129,9	-15,6	114,3							
<i>dos quais Receitas de:</i>														
Alienação de partes de Capital	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0							
Outros Ativos	1.099,0	1.398,1	274,0	740,2	1.976,5	50,9	2.027,5							
Passivos financeiros líquidos de amortizações	134,4	1.080,5	18,3	7,6	8,9	486,0	495,0							
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior			866,0	437,5	1.589,7	29,2	1.618,9							

Notas: As outras despesas correntes e outras despesas de capital estão influenciadas pelas diferenças de consolidação no subsetor.

Organismos com execução orçamental em falta:

2011

UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P

2012

PARUPS, S.A., PARVALOREM, S.A., Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Ótica de Compromissos (janeiro a junho)				€ Milhões
	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros			
Subsídio de investimento	10,3	12,4	20,4	0,1
Prestação de serviços	45,8	64,6	41,0	0,4
Próprio ano	17,2	31,2	81,4	0,3
Anos anteriores	28,6	33,4	16,8	0,1
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	4.048,6	4.322,4	6,8	6,5
Transferências correntes obtidas da Administração Local	13,7	15,3	11,7	0,0
Outros proveitos operacionais	6,7	4,0	-40,3	-0,1
Próprio ano	4,2	3,2	-23,8	0,0
Anos anteriores	2,5	0,8	-68,0	0,0
Proveitos e ganhos financeiros	0,1	0,2		0,0
Próprio ano	0,1	0,1		0,0
Anos anteriores	0,0	0,1		0,0
Outras receitas	61,0	70,5	15,6	0,2
Próprio ano (inclui rec. SNS)	59,7	67,1	12,4	0,2
Anos anteriores	1,3	3,4	161,5	0,1
Receita cobrada	4.186,2	4.489,4	7,2	7,2
Despesas com o pessoal	489,2	411,7	-15,8	-1,8
Compras	43,6	50,0	14,7	0,1
Fornecimentos e serviços	82,6	91,6	10,9	0,2
Subcontratos	3.567,7	3.351,3	-6,1	-5,0
Produtos vendidos em farmácias	696,8	646,6	-7,2	-1,2
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	355,9	287,9	-19,1	-1,6
Outros subcontratos	242,0	304,1	25,7	1,4
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	2.273,0	2.112,7	-7,1	-3,7
Imobilizações	49,1	36,1	-26,5	-0,3
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS)	66,5	34,8	-47,7	-0,7
Despesa paga do ano e de anos anteriores	4.298,7	3.975,5	-7,5	-7,5
Saldo	-112,5	513,9		

Nota: As rubricas de Farmácias e Contrato Programa EPE correspondem à despesa total do ano.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

Execução Orçamental da Segurança Social

Execução Orçamental da Segurança Social (janeiro a junho)

€ Milhões

	Objetivo Orçamento Retificativo	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	
Receita corrente	24.114,1	11.640,1	11.427,3	49,5	47,4	1,5	-1,8	-1,8
Contribuições e quotizações	13.592,0	6.628,2	6.384,6	48,2	47,0	2,3	-3,7	-2,1
IVA Social	948,8	357,6	359,4	50,0	37,9	2,5	0,5	0,0
Transferências correntes da Administração Central	7.180,4	3.439,1	3.570,1	49,4	49,9	-12,7	3,8	1,1
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	6.457,2	3.360,6	3.228,6	50,0	50,0	-13,0	-3,9	-1,1
Transferências do Fundo Social Europeu	1.371,1	707,0	599,2	61,4	43,7	186,7	-15,3	-0,9
Outras receitas correntes	1.021,7	508,2	513,9	53,1	49,0	14,0	1,1	0,0
Receita de capital	26,3	2,7	2,6	40,0	9,7	-88,3	-4,6	0,0
Venda de Bens de Investimento	20,0	1,6	1,5	39,4	7,5	-92,9	-4,9	0,0
Transferências do Orçamento de Estado	6,2	1,1	1,1	40,9	16,9	38,6	-4,4	0,0
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	39,1	-100,0	-	-
Receita Efetiva	24.140,3	11.642,8	11.429,8	49,5	47,3	1,4	-1,8	-1,8
Despesa Corrente	24.045,7	10.553,1	11.141,8	41,2	46,2	0,2	5,6	5,6
Prestações Sociais	21.007,8	9.301,4	9.771,8	44,8	46,6	-1,6	5,1	4,5
Pensões	14.473,0	6.136,9	6.392,6	42,6	44,3	2,9	4,2	2,4
Sobrevivência	1.876,6	834,0	866,5	42,7	46,2	-4,1	3,9	0,3
Invalidez	1.356,5	604,4	608,8	43,3	44,9	-0,7	0,7	0,0
Velhice	11.210,0	4.697,0	4.915,9	42,5	43,9	4,8	4,7	2,1
Beneficiários dos antigos combatentes	30,0	1,6	1,4	0,0	4,7	90,4	-12,1	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	655,6	344,8	340,8	51,1	52,0	-31,6	-1,1	0,0
Subsídio por doença	426,5	239,2	221,4	53,1	51,9	7,4	-7,4	-0,2
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.184,8	1.038,9	1.272,0	49,4	58,1	-10,7	22,4	2,2
Complemento Solidário para Idosos	274,5	136,0	136,4	49,9	49,7	3,6	0,3	0,0
Outras prestações	776,9	427,1	433,8	50,9	55,5	4,6	1,6	0,1
Ação social	1.846,5	768,6	756,8	49,6	40,8	-1,2	-1,5	-0,1
Rendimento Social de Inserção	370,0	209,9	218,0	50,7	58,9	-26,0	3,9	0,1
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário	522,0	0,0	259,5	0,0	49,7	-	-	-
Administração	338,5	163,7	137,6	48,5	39,9	-10,0	-15,9	-0,2
Outras despesas correntes	585,0	320,4	291,9	53,8	49,9	-2,6	-8,9	-0,3
<i>dos quais:</i>		0,0	0,0	0,0	0,0			
Transferências e subsídios correntes	582,5	320,4	291,9	53,8	50,1	-2,6	-8,9	-0,3
Ações de Formação Profissional	1.592,4	767,5	680,9	55,3	42,1	35,6	-11,3	-0,8
<i>dos quais:</i>		0,0	0,0	0,0	0,0			
Com suporte no Fundo Social Europeu	1.382,3	630,2	592,6	54,3	42,9	40,9	-6,0	-0,4
Despesa de Capital	31,8	8,6	14,2	33,4	48,6	16,7	65,7	0,1
PIDDAC	6,2	0,8	0,4	31,6	6,3	53,8	-52,5	0,0
Outras	25,5	7,8	13,9	33,7	40,1	13,8	78,2	0,1
Despesa efetiva	24.077,4	10.561,7	11.156,0	45,7	46,3	0,2	5,6	5,6
Saldo global	62,9	1.081,1	273,8					
<i>Por memória:</i>								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-786,3	356,7	316,0					
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	849,2	724,4	-42,2					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Notas:

Os valores relativos a maio de 2011 foram objecto de ajustamento à informação divulgada na "Síntese de Maio de 2011", em virtude de operações de consolidação anual e revisão de elementos em sede de encerramento de contas.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

Administração Regional

Execução Orçamental da Administração Regional

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores				R. Autónoma da Madeira				Administração Regional						
	Ano		junho		VH (%)	Ano		junho		VH (%)	Ano		junho		VH (%)
	2011	2011	2012	2012		2011	2011	2012	2012		2011	2011	2012	2012	
Receita corrente	714,6	396,1	356,5	-10,0	1.015,9	451,3	423,8	-6,1	1.730,5	847,5	780,3	-7,9			
Impostos diretos	192,1	70,4	63,9	-9,2	258,8	104,1	99,2	-4,7	450,9	174,5	163,1	-6,5			
<i>dos quais:</i>															
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	145,9	50,7	50,6	-0,2	183,0	69,8	70,6	1,1	328,9	120,5	121,2	0,6			
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	46,1	19,7	13,3	-32,5	72,0	34,2	28,6	-16,4	118,1	54,0	41,9	-22,4			
Impostos indiretos	309,8	149,7	127,1	-15,1	408,4	181,3	177,0	-2,4	718,1	331,0	304,2	-8,1			
<i>dos quais:</i>															
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	193,0	92,9	80,7	-13,1	266,7	124,1	122,2	-1,5	459,8	216,9	202,8	-6,5			
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4,8	2,3	1,9	-17,4	6,3	2,9	2,6	-10,3	11,1	5,2	4,5	-13,5			
Taxas, Multas e Outras Penalidades	18,5	8,5	8,8	3,5	24,9	10,7	13,1	22,4	43,4	19,1	22,0	15,2			
Rendimentos da Propriedade	2,6	1,9	0,0	-100,0	4,3	2,1	5,4	157,1	6,9	4,0	5,4	35,0			
Transferências Correntes	167,1	153,6	145,5	-5,3	285,7	143,0	110,7	-22,6	452,7	296,6	256,3	-13,6			
Administração Central - Estado	146,0	146,0	139,0	-4,8	242,2	122,0	94,9	-22,2	388,2	268,0	233,9	-12,7			
Outros subsectores das AP	13,1	6,3	4,5	-28,6	16,0	7,8	7,6	-2,6	29,1	14,1	12,0	-14,9			
Resto do mundo	7,4	1,2	1,6	33,3	27,4	13,0	8,2	-36,9	34,8	14,2	9,8	-31,0			
Outras transferências	0,6	0,1	0,5	400,0	0,0	0,3	0,1	-66,7	0,7	0,4	0,6	50,0			
Venda de bens e serviços correntes	15,3	7,5	8,2	9,3	9,4	5,2	6,6	26,9	24,7	12,7	14,8	16,5			
Reposições não abatidas nos pagamentos	2,3	1,5	0,7	-53,3	1,0	0,7	0,4	-42,9	3,3	2,2	1,1	-50,0			
Outras receitas correntes	2,2	0,8	0,4	-50,0	17,2	1,3	8,7	569,2	19,4	2,1	9,1	333,3			
Receita de capital	318,7	55,4	71,2	28,5	65,1	35,1	44,6	27,1	383,8	90,5	115,8	28,0			
Venda de Bens de Investimento	0,3	0,2	0,0	-100,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,5	0,2	0,2	0,0			
Transferências de Capital	318,2	55,2	70,9	28,4	64,7	34,8	44,5	27,9	383,0	90,0	115,4	28,2			
Administração Central - Estado	206,2	29,9	24,3	-18,7	8,5	4,2	20,8	395,2	214,7	34,1	45,1	32,3			
Outros subsectores das AP	0,4	0,1	2,5	2.400,0	4,6	0,2	1,4	600,0	4,9	0,3	3,9	1.200,0			
Resto do mundo	111,6	25,2	43,9	74,2	51,6	30,4	22,2	-27,0	163,2	55,6	66,1	18,9			
Outras transferências	0,2	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0			
Outras receitas de capital	0,1	0,1	0,2	100,0	0,3	0,2	0,0	-100,0	0,3	0,4	0,2	-50,0			
Receita Efetiva	1.033,3	451,5	427,7	-5,3	1.081,0	486,4	468,4	-3,7	2.114,3	937,9	896,1	-4,5			
Despesa Corrente	860,2	373,9	363,2	-2,9	945,4	456,9	522,2	14,3	1.805,5	830,9	885,3	6,5			
Despesas com o pessoal	375,9	186,8	159,0	-14,9	390,0	193,1	168,8	-12,6	766,0	379,9	327,8	-13,7			
Aquisição de bens e serviços	167,6	55,8	45,6	-18,3	179,8	90,7	153,4	69,1	347,4	146,5	199,0	35,8			
Juros e outros encargos	13,6	5,3	8,1	52,8	43,1	21,1	30,2	43,1	56,7	26,4	38,4	45,5			
Transferências	242,1	106,4	134,3	26,2	287,5	131,0	157,3	20,1	529,6	237,4	291,7	22,9			
Subsectores das AP	7,3	4,1	0,3	-92,7	0,5	0,2	0,1	-50,0	7,8	4,2	0,4	-90,5			
Outras transferências	234,8	102,3	134,0	31,0	287,0	130,8	157,2	20,2	521,8	233,1	291,2	24,9			
Subsídios	47,3	13,8	9,9	-28,3	25,4	11,9	3,5	-70,6	72,7	25,6	13,4	-47,7			
Outras despesas correntes	13,6	5,9	6,2	5,1	19,6	9,1	8,9	-2,2	33,1	15,1	15,1	0,0			
Despesa de Capital	196,3	79,6	59,0	-25,9	124,8	67,3	39,8	-40,9	321,1	146,9	98,8	-32,7			
Aquisição de bens de capital	88,5	26,9	14,4	-46,5	94,6	55,0	21,2	-61,5	183,1	82,0	35,6	-56,6			
Transferências	107,4	52,5	44,4	-15,4	30,2	12,2	18,6	52,5	137,6	64,7	63,1	-2,5			
Subsectores das AP	14,1	4,1	4,7	14,6	5,0	1,3	3,2	146,2	19,1	5,4	8,0	48,1			
Outras transferências	93,3	48,4	39,7	-18,0	25,2	10,9	15,4	41,3	118,5	59,4	55,1	-7,2			
Outras despesas de capital	0,4	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2	0,2	0,0			
Despesa efetiva	1.056,4	453,6	422,2	-6,9	1.070,2	524,2	562,0	7,2	2.126,6	977,8	984,2	0,7			
Saldo global	-23,2	-2,0	5,5		10,9	-37,8	-93,6		-12,3	-39,9	-88,1				
<i>Por memória:</i>															
Despesa primária	1.042,9	448,3	414,0	-7,7	1.027,0	503,1	531,7	5,7	2.069,9	951,4	945,8	-0,6			
Saldo primário	-9,6	3,2	13,6		54,0	-16,7	-63,3		44,4	-13,4	-49,7				
Saldo corrente	-145,6	22,2	-6,7		70,6	-5,6	-98,4		-75,0	16,6	-105,1				
Saldo de capital	122,4	-24,2	12,2		-59,7	-32,2	4,8		62,7	-56,4	17,0				
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,6	0,4	-0,1		7,4	4,4	202,8		8,0	4,9	202,7				
<i>dos quais Receitas de:</i>															
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0				
Outros Ativos	-0,6	-0,6	-0,1		-1,5	-0,7	-0,5		-2,0	-1,2	-0,6				
Passivos financeiros líquidos de amortizações	23,0	0,0	0,5		5,6	-5,1	396,7		28,6	-5,1	397,2				
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-0,7	-2,5	6,1		9,1	-47,3	100,3		8,4	-49,8	106,4				

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Nota: Os valores de 2012 não incluem a execução orçamental das EPR da Região Autónoma da Madeira

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a junho)

€ Milhões

	Ano	Universo Real		Universo Comparável		VH (%)	Contrib. VH (pp)
		junho		junho			
		2011	2011	2012	2011		
Receita corrente	5.658,0	2.791,0	2.195,6	2.260,2	2.195,6	-2,9	-2,3
Impostos diretos	2.113,8	1.065,6	848,5	872,5	848,5	-2,8	-0,8
Imposto Municipal sobre Transmissões	502,3	294,0	178,1	249,7	178,1	-28,7	-2,5
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.167,4	657,2	552,6	532,1	552,6	3,8	0,7
Imposto Municipal sobre Veículos	183,9	93,7	83,3	75,6	83,3	10,2	0,3
Derrama	251,8	16,5	33,4	11,7	33,4	184,4	0,8
Outros	8,4	4,1	1,0	3,3	1,0	-68,9	-0,1
Impostos indiretos	133,4	71,4	62,5	61,7	62,5	1,3	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	234,0	112,9	85,4	99,8	85,4	-14,4	-0,5
Rendimentos da Propriedade	259,0	122,2	87,6	100,0	87,6	-12,5	-0,4
Transferências Correntes	2.137,3	1.064,1	808,6	832,6	808,6	-2,9	-0,8
Lei das Finanças Locais	1.661,8	819,9	633,5	651,0	633,5	-2,7	-0,6
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.131,8	562,2	414,7	438,3	414,7	-5,4	-0,8
Fundo Social Municipal	153,5	76,8	53,9	59,1	53,9	-8,8	-0,2
Participação IRS	376,5	180,9	164,8	153,7	164,8	7,3	0,4
Outros subsectores das AP	422,0	215,8	155,4	159,6	155,4	-2,6	-0,1
Resto do mundo	23,4	9,8	7,8	8,0	7,8	-2,0	0,0
Outras transferências	30,1	18,6	11,8	13,9	11,8	-15,1	-0,1
Venda de bens e serviços correntes	704,6	320,6	277,2	266,8	277,2	3,9	0,4
Reposições não abatidas nos pagamentos	13,2	8,4	4,2	6,8	4,2	-38,9	-0,1
Outras receitas correntes	62,8	25,8	21,7	20,0	21,7	8,8	0,1
Receita de capital	1.623,6	734,0	548,6	587,5	548,6	-6,6	-1,4
Venda de Bens de Investimento	84,2	36,8	16,3	31,5	16,3	-48,2	-0,5
Transferências de Capital	1.521,9	687,8	524,9	547,6	524,9	-4,1	-0,8
Lei das Finanças Locais	733,2	364,6	267,4	285,9	267,4	-6,4	-0,6
Fundo de Equilíbrio Financeiro	733,2	364,6	267,4	285,9	267,4	-6,4	-0,6
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros subsectores das AP	97,8	45,5	32,6	40,1	32,6	-18,6	-0,3
Resto do mundo	676,1	268,1	219,6	213,5	219,6	2,8	0,2
Outras transferências	14,8	9,5	5,3	8,1	5,3	-34,7	-0,1
Outras receitas de capital	17,6	9,5	7,4	8,5	7,4	-12,5	0,0
Receita Efetiva	7.281,7	3.525,0	2.744,2	2.847,7	2.744,2	-3,6	
Despesa Corrente	5.030,7	2.388,2	1.838,1	1.934,3	1.838,1	-5,0	-3,6
Despesas com o pessoal	2.363,7	1.166,3	850,7	948,3	850,7	-10,3	-3,7
Aquisição de bens e serviços	1.789,3	823,7	681,0	663,7	681,0	2,6	0,6
Juros e outros encargos	141,2	53,5	52,4	44,4	52,4	17,9	0,3
Transferências	477,8	235,6	162,9	187,8	162,9	-13,2	-0,9
Subsectores das AP	219,4	111,7	71,8	89,7	71,8	-20,0	-0,7
Outras transferências	258,3	123,9	91,1	98,1	91,1	-7,1	-0,3
Subsídios	163,5	65,1	54,1	55,7	54,1	-2,9	-0,1
Outras despesas correntes	95,4	44,1	37,0	34,4	37,0	7,4	0,1
Despesa de Capital	2.041,6	919,6	662,1	733,7	662,1	-9,8	-2,7
Aquisição de bens de capital	1.669,5	746,7	557,8	596,4	557,8	-6,5	-1,4
Transferências	335,0	156,3	95,5	121,1	95,5	-21,1	-1,0
Subsectores das AP	145,3	66,5	41,6	47,2	41,6	-11,8	-0,2
Outras transferências	189,7	89,7	53,9	74,0	53,9	-27,1	-0,8
Outras despesas de capital	37,0	16,7	8,8	16,2	8,8	-45,8	-0,3
Despesa efetiva	7.072,3	3.307,8	2.500,2	2.668,1	2.500,2	-6,3	
Saldo global	209,4	217,2	243,9	179,6	243,9		
<i>Por memória:</i>							
Despesa primária	6.931,2	3.254,4	2.447,8	2.623,6	2.447,8	-6,7	-6,6
Saldo primário	350,5	270,7	296,3	224,1	296,3		
Saldo corrente	627,3	402,8	357,5	325,8	357,5		
Saldo de capital	-417,9	-185,6	-113,5	-146,2	-113,5		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	15,9	7,8	6,5	4,4	6,5		
<i>dos quais Receitas de:</i>							
Alienação de partes de Capital	-1,1	-1,0	0,0	-0,2	0,0		
Outros Ativos	-13,1	-4,4	-4,8	-3,8	-4,8		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-140,7	-4,8	-71,0	-4,2	-71,0		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	52,8	204,5	166,5	171,0	166,5		
Taxa de comparticip. financiam. comunitário	40,5%	35,9%	39,4%	35,8%	39,4%		

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

Universo completo: 308 Municípios

2011 (Univ. Real)

jan-dez (Ano): 308 Mun.

jan-jun: 308 Mun.

2012 (Univ. Real)

junho: 247 Mun; Faltosos:

Albufeira - Alenquer - Alijó - Aljustrel - Amadora - Angra do Heroísmo - Arcos de Valdevez - Armamar - Azambuja - Beja - Boticas - Braga - Cabeceiras de Basto - Calheta (São Jorge) - Caminha - Castelo Branco - Chaves - Condeixa-a-Nova - Covilhã - Cuba - Estarreja - Faro - Gavião - Góis - Horta - Lagos - Leiria - Loures - Lourinhã - Macedo de Cavaleiros - Mira - Mirandela - Monforte - Montemor-o-Novo - Moura - Paços de Ferreira - Paredes - Paredes de Coura - Pedrógão Grande - Penafiel - Peso da Régua - Ponta do Sol - Porto Santo - Póvoa de Lanhoso - Redondo - Santa Maria da Feira - São Pedro do Sul - Sever do Vouga - Tábua - Tavira - Tondela - Trofa - Vagos - Viana do Castelo - Vila de Rei - Vila Flor - Vila Franca do Campo - Vila Nova de Paiva - Vila Pouca de Aguiar - Vila Verde - Vouzela

2012 (Univ. Comparável)

junho: 247 Mun; Faltosos:

Albufeira - Alenquer - Alijó - Aljustrel - Amadora - Angra do Heroísmo - Arcos de Valdevez - Armamar - Azambuja - Beja - Boticas - Braga - Cabeceiras de Basto - Calheta (São Jorge) - Caminha - Castelo Branco - Chaves - Condeixa-a-Nova - Covilhã - Cuba - Estarreja - Faro - Gavião - Góis - Horta - Lagos - Leiria - Loures - Lourinhã - Macedo de Cavaleiros - Mira - Mirandela - Monforte - Montemor-o-Novo - Moura - Paços de Ferreira - Paredes - Paredes de Coura - Pedrógão Grande - Penafiel - Peso da Régua - Ponta do Sol - Porto Santo - Póvoa de Lanhoso - Redondo - Santa Maria da Feira - São Pedro do Sul - Sever do Vouga - Tábua - Tavira - Tondela - Trofa - Vagos - Viana do Castelo - Vila de Rei - Vila Flor - Vila Franca do Campo - Vila Nova de Paiva - Vila Pouca de Aguiar - Vila Verde - Vouzela

Dívida não Financeira da Administração Pública

Contas a Pagar, da Administração Central, em final de junho de 2012

€ Milhões

Ministérios	Stock de Dívida					Variação de Dívida face ao início do ano				
	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL
	Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total			Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total		
Encargos Gerais do Estado	0	2	2	23	26	0	2	2	22	24
Presidência do Conselho de Ministros	42	60	102	0	102	-2	55	54	0	54
Finanças	3	16	19	2	21	1	-96	-96	2	-94
Negócios Estrangeiros	2	0	2	0	2	-2	-39	-41	0	-41
Defesa Nacional	60	3	63	5	68	41	2	43	5	48
Administração Interna	37	1	38	0	38	25	-1	24	0	25
Justiça	64	16	80	2	81	6	0	5	0	6
Economia e Emprego	163	20	183	13	196	82	12	94	12	106
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	22	86	108	4	113	-5	-34	-39	1	-38
Saúde	19	1	20	0	20	18	1	19	0	19
Educação e Ciência	149	37	187	12	198	-8	27	19	5	24
Solidariedade e Segurança Social	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1
TOTAL	562	241	804	62	866	157	-71	85	48	134

Nota: valores provisórios. Definições de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. A dívida comercial refere-se a dívidas com aquisição de bens e serviços, bens de capital e despesas de saúde a entidades fora das Administrações Públicas.

Os dados incluem as empresas públicas reclassificadas da Adm. Central

Fonte: Ministério das Finanças

Contas a Pagar a Entidades fora das AP (Stock no final do período)

€ Milhões

Subsector	2012					
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
Administração Central	683	860	830	900	643	804
Administração Local	-	-	-	-	-	-
Administração Regional	2.124	2.136	2.197	2.167	2.044	2.102

Notas:

Valores para a Administração Local relativos a 2012 não disponíveis.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela DGAL, DGO, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

€ Milhões

Subsector	2011	2012					
	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho provisório
Administrações Públicas							
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	162	190	204	191	179	135	155
Subsector da Saúde	214	219	194	152	185	202	216
Entidades públicas reclassificadas	58	55	53	49	49	61	-
Administração Local	1.617	1.665	1.681	1.703	1.722	1.646	1.611
Administração Regional	1.128	1.185	1.215	1.287	1.320	1.261	1.319
Total	3.179	3.312	3.347	3.381	3.455	3.305	3.300
Total consolidado	3.059	3.199	3.232	3.264	3.338	3.195	3.193
Outras Entidades							
Empresas públicas não reclassificadas	20	11	18	19	26	32	-
Hospitais EPE	1.616	1.695	1.697	1.856	1.948	1.996	1.877
Administrações Públicas e outras entidades - Total	4.695	4.904	4.947	5.139	5.312	5.222	5.070

Notas: Conceito de acordo com a definição da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012;

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações (janeiro a junho)

€ Milhões

	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	Contrib. VH (pp)
	Objetivo 2012 O.Rectificativo	Execução		Grau de Execução (%)		VH (%)		
Receita corrente	7.838,7	3.764,8	3.966,5	42,8	50,6	1,8	5,4	4,6
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	3.464,3	1.739,6	1.661,9	42,0	48,0	2,5	-4,5	-1,8
Quotas e contribuições para a CGA	2.900,5	1.496,3	1.428,0	44,5	49,2	8,1	-4,6	-1,6
Compensação por pagamento de pensões	560,9	243,3	233,9	31,3	41,7	-22,4	-3,8	-1,3
Subsectores das Administrações Públicas	509,2	220,9	223,5	40,5	43,9	0,8	1,2	0,1
Outras entidades	51,7	22,4	10,4	9,7	20,2	-76,3	-53,4	-0,3
Transferências Correntes	4.223,9	1.984,7	2.216,0	44,4	52,5	0,6	11,7	5,3
Orçamento do Estado	4.216,9	1.980,1	2.208,6	44,5	52,4	0,5	11,5	5,2
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.971,0	1.870,0	2.089,9	44,5	52,6	0,5	11,8	5,0
Compensação por pagamento de pensões	245,9	110,1	118,7	44,0	48,3	0,6	7,8	0,2
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	171,8	71,4	79,3	42,7	46,2	-2,6	11,1	0,2
Subvenções vitalícias	7,9	3,9	3,2	50,7	40,9	-18,7	-17,3	0,0
Pensões de preço de sangue	28,9	13,8	13,7	43,6	47,5	-2,6	-0,6	0,0
Outras	37,3	21,0	22,4	47,8	60,2	22,0	7,0	0,0
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Outras transferências correntes	7,0	4,6	7,4	25,8	105,4	42,9	60,2	0,1
Outras receitas correntes	150,5	40,6	88,7	23,5	58,9	43,9	118,5	1,1
Receita de capital	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-11,4
Transferências de Capital	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-11,4
Outras entidades	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-11,4
Receita Efectiva	8.401,8	4.359,1	4.063,3	46,3	48,4	17,9	-6,8	-6,8
Despesa Corrente	8.019,3	3.761,0	3.871,6	43,1	48,3	3,4	2,9	2,8
Despesas com o pessoal	8,2	3,8	3,4	49,2	41,3	5,4	-10,5	0,0
Aquisição de bens e serviços	32,7	12,3	11,9	29,6	36,3	-4,8	-3,6	0,0
Juros e outros encargos	4,3	0,8	0,1	3,6	3,3	-74,4	-81,6	0,0
Transferências	7.970,8	3.743,1	3.855,5	43,2	48,4	3,5	3,0	2,9
Pensões e abonos da responsabilidade de:						-	-	
Caixa Geral de Aposentações	7.170,2	3.373,9	3.472,0	43,3	48,4	5,5	2,9	2,5
Orçamento do Estado	238,4	103,5	109,2	42,7	45,8	-2,5	5,5	0,1
Outras entidades	560,9	265,4	274,1	42,6	48,9	-15,1	3,2	0,2
Outras transferências correntes	1,3	0,2	0,2	13,6	14,1	50,7	4,0	-
Outras despesas correntes	3,3	1,0	0,7	45,0	20,8	92,9	-33,4	0,0
Despesa de Capital	0,0	144,2	0,0	-	-	-	-	-
Despesa efectiva	8.019,3	3.905,2	3.871,6	44,0	48,3	7,4	-0,9	-0,9
Saldo global	382,5	453,9	191,7					
<i>Por memória:</i>								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	382,5	477,1	71,1					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,0	-23,2	120,7					

Fonte: Ministério das Finanças

Indicadores Físicos do Sistema de Protecção Social da Função Pública

Pensionistas

	Número					VH (%)					Valor médio pago por pensionista (€)	VH (%)
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas		
2011												
junho	371.900	75.054	137.599	832	584.553	3,8	-0,5	1,1	-6,5	2,6	1.068,9	0,9
julho	372.999	75.071	137.790	780	585.860	3,7	-0,5	1,0	-7,8	2,5	2.083,4	1,0
agosto	373.734	75.049	138.030	794	586.813	3,7	-0,5	1,2	1,9	2,5	1.071,3	0,9
setembro	374.535	75.050	137.955	795	587.540	3,7	-0,4	1,0	-14,6	2,5	1.078,1	1,8
outubro	375.203	75.065	137.932	812	588.200	3,7	-0,4	0,9	-8,8	2,5	1.083,7	0,9
novembro	376.382	75.376	138.332	831	590.090	3,6	0,1	1,1	6,3	2,6	2.079,8	-1,1
dezembro	377.747	75.382	138.648	896	591.777	3,5	0,1	1,1	12,7	2,5	1.087,1	1,4
2012												
janeiro	378.477	75.381	138.644	912	592.502	3,3	0,1	1,1	-3,3	2,3	1.074,8	1,9
fevereiro	379.557	75.384	138.827	1.065	593.768	3,3	0,2	1,2	6,8	2,4	1.080,9	1,6
março	380.009	75.439	139.183	1.072	594.631	3,2	0,2	1,4	4,3	2,4	1.083,2	1,7
abril	380.486	75.467	139.319	1.281	595.272	3,0	0,4	1,4	22,5	2,3	1.078,8	0,2
maio	381.329	75.435	139.536	1.070	596.300	2,9	0,4	1,5	15,3	2,2	1.078,8	0,6
junho	382.265	75.476	139.869	977	597.610	2,8	0,6	1,6	17,4	2,2	1.080,4	1,1

Novos Pensionistas de Aposentação / Reforma

	Número						VH do Total (%)	Pensão Média Nova (€)	VH (%)	Subscritores	
	Administr. Central	Administr. Regional	Administr. Local	Militares e forças Segurança	Outros	Total				Número	VH (%)
2011											
junho	861	64	252	173	579	1.929	5,0	1.138	-4,9	573.111	-4,4
julho	933	80	257	212	414	1.896	-3,0	1.188	0,3	571.391	-4,4
agosto	858	49	198	97	305	1.507	-14,3	1.307	-2,9	569.389	-4,5
setembro	902	59	238	139	259	1.597	7,0	1.399	10,4	565.374	-4,7
outubro	741	51	182	228	293	1.495	-5,4	1.342	-2,5	563.589	-4,7
novembro	764	43	158	117	1.239	2.321	11,6	1.233	3,1	561.570	-4,7
dezembro	1.315	100	258	138	456	2.267	-9,9	1.379	12,1	559.164	-4,6
2012											
janeiro	1.031	67	181	156	206	1.641	-34,3	1.483	9,1	556.738	-4,6
fevereiro	1.437	58	223	131	299	2.148	13,1	1.479	-3,4	555.064	-4,5
março	799	59	252	209	260	1.579	-7,0	1.312	-1,9	550.279	-5,0
abril	574	49	223	416	524	1.786	-22,5	1.179	2,9	548.983	-4,9
maio	570	56	205	437	613	1.881	-14,7	1.059	-5,1	547.338	-4,9
junho	680	82	259	308	625	1.954	1,3	1.024	-10,0	n.d	

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

A

Ativos financeiros (receita) – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

Ativos financeiros (despesa) – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

Administrações Públicas – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

B

Bens e serviços correntes – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

C

Cativação (ou congelamento) - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em decreto-lei específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

Contabilidade Pública (ótica da) - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

Contribuição VH pp. - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

D

Despesa corrente primária - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa efetiva

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsetores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

Restantes subsectores - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

Despesa primária - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa com pessoal – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

Dotação corrigida – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

E

Estado – (em sentido estrito) Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

Execução orçamental – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

Glossário

F

Financiamento Nacional – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsetores e dívida (excluí as receitas provenientes de fundos comunitários).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

Fundo Social Europeu (FSE) – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

G

Grau de execução – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento retificativo

I

Impostos diretos – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

Impostos indiretos – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

O

Outra despesa corrente – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

P

Padrão de segurança da despesa - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

Passivos financeiros (receita) - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

Passivos financeiros (despesa) - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avales ou garantias (*vide* Classificador Económico).

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central PIDDAC – refere-se às despesas de investimento da responsabilidade da Administração Central.

Programa orçamental – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas (*vide* artigo 19º da LEO).

Q

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho do Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

Receita consignada – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

Receita efetiva

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsetores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

Restantes subsetores - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

Receita própria – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

Receitas correntes - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

Receitas fiscais – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

Remunerações certas e permanentes – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

Rubrica de classificação económica – Item de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

Saldo Corrente - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

Saldo Primário - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

Saldo orçamental – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

Serviços e Fundos Autónomos (SFA) - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excecional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

Transferências correntes – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

Transferências de capital – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (vide Classificador Económico).

VH - Taxa de variação homóloga - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.